

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOB UMA
PERSPECTIVA ENUNCIATIVA**

ELIANE DE FÁTIMA MANENTI RANGEL

Porto Alegre, 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOB UMA
PERSPECTIVA ENUNCIATIVA**

ELIANE DE FÁTIMA MANENTI RANGEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Professora Dr^a Elsa Maria Nitsche Ortiz

Porto Alegre, 2005

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO(CIP)
BIBLIOTECÁRIOS RESPONSÁVEIS: Leonardo Ferreira Scaglioni
CRB-10/1635

Raquel da Rocha Schimitt
CRB-10/1138

R196D

Rangel, Eliane de Fátima Manenti

A divulgação do conhecimento científico sob
uma perspectiva enunciativa / Eliane de Fátima
Manenti Rangel. – Porto Alegre, 2005.

141 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) –
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras. Porto Alegre, BR-RS, 2005.
Orientadora: Profa. Dra. Elsa Maria Nitsche
Ortiz.

1. Linguística. 2. Divulgação científica. 3.
Discurso científico. 4. Conhecimento científico.
5. Gênero textual. 6. Polifonia. I. Título.

CDD 410

“...em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, levando em consideração as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor”

Estética da criação verbal - Bakhtin

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por ter me proporcionado saúde, força de vontade e oportunidade para enfrentar essa longa caminhada.

Ao meu filho Luan, pelo tempo que se privou de minha companhia. Tenho certeza de que um dia ele compreenderá.

À minha família, pai e principalmente minha mãe (in memoriam) que esteve com Luan, sempre que pôde, para que eu pudesse prosseguir os estudos.

Ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, pela oportunidade de rever conceitos e ampliar meus conhecimentos na área da Lingüística.

A CAPES, da qual participei como bolsista, no segundo ano do mestrado, por facilitar a pesquisa lingüística, bem como viagens para apresentação da pesquisa em outras universidades.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, pela competência com que conduziram as aulas e seminários promovendo, desse modo, nosso crescimento intelectual.

Aos colegas, pela amizade, parceria e disponibilidade em dividir as tarefas e pelas palavras de conforto nos momentos mais difíceis.

A mestre e amiga Loeci Procati e sua equipe da Casa de Leitura-línguas, pela oportunidade, durante 4 anos, de exercer a prática docente em uma instituição de ensino preocupada com a ética e a competência e pelo ambiente de trabalho prazeroso.

E, finalizando, um agradecimento muito especial ao Roberto, meu marido e amigo, pela colaboração e companheirismo e principalmente pelo fato de ter incentivado-me a voltar aos estudos e praticar o magistério, ocupação que me dá muita satisfação.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À professora Dr^a Elsa Maria Nitsche Ortiz

Agradeço pela maneira tranqüila, segura e competente com que conduziu a orientação do presente trabalho, indicando leituras e possibilitando que eu traçasse as diretrizes que queria seguir.

Agradeço também a compreensão nos momentos difíceis e as palavras de conforto, na tentativa de mostrar o lado bom de tudo.

E, principalmente, sua maneira de ser e de trabalhar, fazendo com que um percurso que parecia tão árduo se tornasse uma caminhada prazerosa.

RESUMO

Esta dissertação focaliza um gênero textual denominado texto de divulgação científica, o qual tem por objetivo divulgar as recentes descobertas científicas. Ao se tratar de um modelo textual com peculiaridades próprias, busca-se, a partir do conceito bakhtiniano de gênero, classificá-lo como um gênero emergente, por estar cada vez mais freqüente na mídia impressa e eletrônica. Assim, o objetivo desse trabalho é mostrar como esse gênero textual é configurado por meio de estratégias lingüísticas que caracterizam o dialogismo e a polifonia. Para atingir tal propósito procedeu-se a uma análise enunciativa de textos de divulgação científica veiculados na *Folha online*, procurando verificar os diferentes recursos lingüísticos empregados para reformulação do referido texto a partir do texto original - o artigo científico. Os resultados apontam o texto de divulgação científica como um gênero predominantemente polifônico, pois, ao jogar com recursos disponíveis na língua, como por exemplo *aspas*, *parênteses* e certos *marcadores discursivos*, o divulgador tem a possibilidade de transformar um texto que apresenta maior grau de objetividade, imparcialidade e emprego de palavras técnicas, características próprias do artigo de cunho científico, em um texto constituído por uma linguagem com palavras próximas do cotidiano do leitor e, portanto, permitindo uma leitura mais acessível.

Palavras-chave: gênero, texto de divulgação científica, polifonia.

ABSTRACT

This dissertation focuses a textual genre that spreads recent scientific discoveries. As it is a textual model with special characteristics, it was classified as an emergent genre called scientific spread text and the theory used is based on Bakhtin's concept of genre. So, the objective of this study is to show as this textual genre is constructed through linguistic strategies in order to characterize the dialogism and the polyphony. To reach this purpose, we procedure an analyze of scientific spread texts veiculated on *Folha* online in order to verify different linguistic resources used to reconstruct the referred text based on original text: scientific article. The results point out the scientific spread texts as a polyphonic genre that employs resources available in the language: quotation marks, parentheses and certain discourse markers. In this way, the spreader presents the possibility to change a text with high level of objectivity, impartiality and use of technical words, characteristics own of scientific article in a text constituted by a language with vocabulary closed to the reader and, furthermore, allowing a more accessible reading.

Key-words: genre, scientific spread text, polyphony

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
ABSTRACT	VII
INTRODUÇÃO.....	09
1. O TEXTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO GÊNERO.....	22
1.1 Texto e seqüência tipológica	25
1.2 Discurso definitório	30
1.3 O texto de divulgação científica (DC).....	32
1.4 O discurso propriamente científico	33
1.5 Ciência, divulgador e leitor: os diferentes lugares nos textos de DC	36
1.6 Reformulação do texto de DC: um processo parafrástico	40
1.7 O texto de DC e sua natureza social	44
1.8 Gênero discursivo nas escolas	46
2. O TEXTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOB UMA ÓPTICA ENUNCIATIVA.....	50
2.1 Princípios teóricos da enunciação	51
2.2 A concepção dialógica nos textos de DC	57
2.3 A concepção polifônica nos textos de DC	60
3. DIFERENTES FORMAS DE POLIFONIA NOS TEXTOS DE DC	71
3.1 O discurso do outro	71
3.1.1 Segundo Bakhtin	71
3.1.2 Segundo Authier-Revuz	73
3.1.2.1 Emprego do discurso direto e indireto	80
3.1.2.2 Emprego das aspas	81
3.1.2.3 Emprego dos parênteses	84
3.2 Marcadores discursivos nos textos de DC: perspectivas semântico-discursivas.....	85
3.2.1 Marcadores discursivos de contraste ou oposição	93
3.2.2 Marcadores discursivos de adição.....	101
3.2.3 Marcadores reformulativos	105
3.2.4 Marcadores de explicação (ou causal)	110
3.2.5 Marcadores de atribuição.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS.....	124

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir as relações entre o emprego de certos recursos de linguagem e a produção de conhecimento científico, através da análise de textos de divulgação científica. Acredita-se que esta investigação é relevante no contexto contemporâneo, uma vez que a rápida propagação dos saberes científicos tem ocorrido por meio dos referidos textos, os quais são constituídos por uma linguagem menos formal associada a termos especializados pertencentes ao universo da ciência.

A discussão entre linguagem e produção de conhecimento iniciou-se com os gregos, implicando na sobreposição da filosofia e das ciências. Estas somente adquiriram estatuto próprio a partir da mudança de paradigma científico na revolução copernicana, no final da Idade Média e no início da Moderna e a partir do aprofundamento da proposta metodológica de Galileu.

Contudo, é nas últimas décadas que as relações entre linguagem e produção científica têm se desenvolvido, através das modernas tecnologias que envolvem a linguagem e devido à propagação das descobertas científicas por meio de textos não especializados.

Evolução das ciências e mudanças de paradigmas

O conhecimento científico teve início com a revolução metodológica impulsionada por Galileu, no século XVII. A partir dessa época, os métodos passaram a dar um estatuto mais rigoroso e diferenciado às ciências, tornando-as distintas da

filosofia. A preocupação voltou-se para a descoberta de regularidades que pudessem existir nos fenômenos. Assim, podemos perceber que o rigor do conhecimento científico é uma conquista de aproximadamente 300 anos.

Já no final do século XVIII, com a Revolução Industrial, a ciência expandiu-se por meio da evolução tecnológica, a qual mudou a vida das pessoas. Tal mudança levou Santos (2001, p. 34) a enfatizar que:

a industrialização da ciência acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas.

Logo, a linguagem que perpassa os discursos científicos não é imparcial, pois vem ao encontro da necessidade de certos grupos que detêm o poder econômico e político e que manipulam, por meio de instituições de fomento à ciência, os temas a serem pesquisados e os propósitos a serem atingidos. Assim, a linguagem está presente nos discursos sobre o saber científico, atendendo aos interesses de classes.

Essa parcialidade do saber científico tornou-se ainda mais evidente no final do século XIX. Nessa época surgiram as ciências sociais, as quais até os nossos dias, tentam estabelecer métodos adequados à compreensão dos fenômenos do comportamento humano bem como fazem a discussão em torno do próprio estatuto do que é ciência. Este fato ocorre porque o rigor científico exigido às ciências naturais é um ideal quase impossível de ser aplicado às ciências humanas, uma vez que os fenômenos pertencentes a estas são de ordem qualitativa e subjetiva. Nesse sentido, enquanto as ciências naturais exigem objetividade, as ciências sociais apresentam dificuldade de descentrar-se das emoções e da subjetividade, já que sujeito e objeto são da mesma natureza (Santos, op.cit).

No centro dessa discussão, está a transferência da subjetividade e do simbolismo da linguagem para o conhecimento. Assim, o saber positivo ligado às ciências sobretudo empíricas, que era abordado de uma forma objetiva passou a ter uma abordagem simbólica e subjetiva. Tal fato se deve ao saber positivo ser mediado e transmitido pela linguagem, pois “*o fundamento da subjetividade está no exercício da língua*”, (Benveniste, 1995, p. 288).

Entretanto, apesar do mencionado estatuto de subjetividade na língua, alguns textos, principalmente da área científica, devem conservar um certo grau de objetividade e clareza dos fatos, com o intuito de criar um efeito de sentido que transmita racionalidade empírica ao leitor, apesar de muitos teóricos sugerirem a impossibilidade de existirem discursos científicos absolutamente neutros ou imparciais¹.

No que se refere aos domínios dos saberes do conhecimento científico, Bouquet (2001, p. 27-31) ressalta que eles podem ser divididos em dois tipos:

- 1) saber positivo – o qual pode ser formalizado, literalizado e passível de verificação; os conceitos dos objetos de um saber positivo são considerados *a posteriori*, ou seja, seu valor de verdade tem uma referência externa à linguagem;
- 2) saber não-positivo – é aquele em que os conceitos dos objetos são considerados *a priori* ou primitivos, ou seja, ele se confunde com o próprio referente lingüístico.

Tais domínios dos saberes, além da possibilidade de serem complementares, não precisam necessariamente serem excludentes. Como exemplo deste fato, pode-se citar as ciências sociais, em que ambos os saberes - positivo e não-positivo - coexistem simultaneamente.

É importante lembrar que a filosofia passou ao domínio exclusivo dos saberes não positivos e que as ciências lutam constantemente para permanecer nos domínios dos saberes positivos. Assim, a designação **ciência**, na acepção contemporânea, compreende um saber caracterizado por ser positivo, empírico, objetivo e experimental. Cumpre destacar que essa afirmação é relativizada, segundo Bouquet (op.cit, p. 27-31), para as ciências sociais, por acreditar-se haver nesse caso uma complementaridade entre saber positivo e não positivo.

Sánchez Mora (2003, p.7), no seu livro *A divulgação da ciência como literatura*, escreve que, desde o início do século XX e mais precisamente a partir da Segunda Guerra Mundial, a ciência passou a utilizar cada vez menos a linguagem do senso comum, empregando uma linguagem especializada de difícil compreensão para o leitor que não fazia parte da área. Tal tendência acarretou um abismo entre a comunidade científica e o público em geral. Além disso, a autora frisa que, para além da preocupação lingüística, esse quadro precisa urgentemente ser transformado, sob pena de criar-se mais uma forma de exclusão na sociedade.

Diante de tal situação, a divulgação da ciência, por meio dos textos de divulgação científica, torna possível a expansão do saber científico para o grande público, devido ao emprego de um vocabulário compreensível ao leitor não iniciado nas práticas científicas. Cria-se, desse modo, uma ponte entre o universo científico e o não-científico, possibilitando ao público leigo a integração do conhecimento das ciências à vida cotidiana.

Coerente com as idéias anteriores, Santos (op. cit) constata que existe uma crise nos paradigmas da ciência contemporânea dando origem a um paradigma

¹ Como exemplo de teóricos que sugerem não haver tal imparcialidade no discurso científico, podemos citar

emergente. Para ele, a ciência pós-moderna² procura reabilitar o senso comum, que foi abandonado pela ciência moderna. Dentro da nova perspectiva, o senso comum tem uma virtualidade que enriquece nossa relação com o mundo, podendo ser ampliado através do diálogo com o conhecimento científico.

A hipótese é justamente a necessidade de abertura e de difusão da ciência, através da qual nasça um novo posicionamento por parte da comunidade científica. Tal posicionamento permitiria um relacionamento dialético entre saberes da ciência e saberes não-científicos, de tal forma que os cientistas repensem e considerem os saberes do senso comum. Além disso, esse novo posicionamento evitará levá-la a um pedestal que a coloca como a “dona da verdade”, tentando, a qualquer custo, excluir os aspectos subjetivos que envolvem toda atividade humana.

Nesse sentido, importante lembrar que as ciências têm um poder heurístico, não um conhecimento certo ou infalível. A discussão em torno dela é contínua, através de um longo percurso cheio de questionamentos e contradições. Faz-se necessário também que as ciências reavaliem seus conceitos, procedimentos e sua relação com a realidade, bem como a sua validade empírica.

Na relação entre o saber erudito restrito à elite científica e o saber obtido das experiências cotidianas, a linguagem apresenta-se como mediadora da difusão dos avanços científicos. Santos (op.cit) denominou isso como a passagem de um “*conhecimento prudente*” para um “*conhecimento decente*”. Assim, este estudo concebe a divulgação através dos textos de divulgação científica como representativa de uma evolução em prol da sociedade.

o filósofo Thomas Kuhn e o sociólogo Boaventura de Souza Santos, entre outros.

² Vale lembrar que o termo é empregado pelo autor, embora muitos outros teóricos discordem da expressão empregada por acreditarem que a modernidade não chegou ao seu limite máximo, mas apenas alterou suas formas de manifestação.

A configuração do fazer persuasivo dos textos de divulgação científica é um trabalho do divulgador que, por meio de escolhas lexicais, sintáticas e de certos recursos da língua, visa facilitar a compreensão da leitura por parte dos receptores leigos, os quais através de um texto menos erudito e, portanto, mais próximo das suas realidades lingüísticas, poderão associar seus conhecimentos do senso comum com o conhecimento científico veiculado no texto.

Nesta perspectiva, a difusão dos saberes científicos para a sociedade é de suma importância, uma vez que o indivíduo, ciente das novas descobertas e avanços, terá a possibilidade de tomar certas providências e atitudes em relação ao seu próprio corpo e comportamento, bem como ao meio ambiente em que vive. Assim, segundo o paradigma emergente mencionado por Santos (op. cit), o conhecimento científico ensina a viver e traduz-se num viver prático, que não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Com isso, percebe-se o aspecto positivo da divulgação da ciência ao contribuir para a construção de valores, mostrando que certas atitudes e comportamentos tornam os indivíduos mais saudáveis, conscientizando-os das conseqüências de seus atos.

A título de exemplo, podemos citar a ampla divulgação pela mídia dos benefícios da amamentação para o recém-nascido. Muito se tem insistido a respeito desse assunto através de campanhas, desde que se comprovou cientificamente que o aleitamento materno é fonte de saúde para o bebê. Desse modo, pode-se dizer que a ciência está em parceria com o senso comum, valorizando e reforçando um conhecimento que já existia a respeito dessa questão. Afinal nada adiantaria as pesquisas avançarem se esse fato não fosse divulgado fora das fronteiras da comunidade científica. Felizmente, esse quadro tem mudado graças à divulgação simplificada e voltada para a sociedade.

Partindo da constatação de que há uma tendência de um novo paradigma de cientificidade, poder-se-ia dizer que essa mudança diz respeito à maneira como o universo científico têm-se portado diante da atual conjuntura. Ou ainda pelo fato de os cidadãos terem necessidade do saber científico, procurando tomar conhecimento e entender a evolução científica. Talvez essa “sede” pelo saber tenha se intensificado devido ao crescimento do mundo globalizado, em que as informações circulam em poucos segundos. É a era da informação, que veio para tornar o ser humano mais curioso e desejoso de tomar conhecimento das descobertas universais.

Por outro lado, a comunidade dos pesquisadores, em resposta às demandas da população, tem-se mostrado sensível à necessidade de socializar o saber e adotar uma atitude responsiva em relação aos apelos da sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma mudança de paradigmas alterando o comportamento de um grupo hermético – os cientistas –, tornando-os abertos à divulgação da ciência.

Apesar de a disseminação da ciência ter aumentado nos últimos anos, Goulart (2004, p. 4-9), jornalista da revista *online MIC* que publica assuntos relativos à mídia e ciência, ressalta que a divulgação científica ainda encontra “*várias barreiras que vão desde a limitação do papel até a recusa de textos por serem muito técnicos e acadêmicos*”, privando os leitores de assuntos importantes voltados à melhoria de sua qualidade de vida. Além disso, “*alguns pesquisadores resistem à propagação do conhecimento por temerem imprecisão*”. Com isso, perde não só a sociedade, mas também o cientista, o qual “*acaba no ostracismo*”, divulgando seu trabalho apenas para um público segmentado.

A mesma autora divulga percentuais representativos da imagem que a população urbana brasileira tem da ciência e da tecnologia, através de um levantamento

concebido pelo CNPq. De acordo com a pesquisa, “52% da população acha o Brasil atrasado em pesquisa científica e tecnológica” e “71% dos brasileiros demonstram algum interesse por descobertas científicas”. Os entrevistados também declaram que os “cientistas ocupam o 5º lugar entre os profissionais que mais contribuem para o desenvolvimento de um país”. Percebe-se que os dados poderiam ser melhores se existisse uma cultura científica mais desenvolvida em nosso país, que valorizasse a importância da ciência para o desenvolvimento de uma nação e que diminuísse a distância entre o mundo científico e o mundo leigo.

No entanto, tem-se que admitir que muitos avanços ocorreram desde a metade do século XX e mais intensamente nos últimos anos. Em outra reportagem, o jornal *Estadão* de São Paulo, divulga aspectos positivos relativos à produção científica, publicados na revista estrangeira *Nature*. De acordo com o relato, “o Brasil está entre os 31 países que concentram 98% dos artigos com descobertas científicas de maior relevância no mundo”. A revista ainda enfatiza que o país teve um salto no número de artigos produzidos e citados.

Entretanto, o otimismo deve ser relativizado, pois, segundo a reportagem, “os benefícios práticos na qualidade de vida da população” em consequência desta produção ainda “não condizem com os esforços dos pesquisadores”. Apesar de o Brasil estar avançando significativamente, “o resultado confirma o que já se sabe: a produção científica é mais intensa nos países ricos”. Além disso, seus resultados “são mais efetivos entre os cidadãos mais abastados do planeta”. Assim, percebe-se que existe a necessidade de um crescimento no campo da divulgação científica e, para tanto, é necessário um maior diálogo entre cientistas e jornalistas-divulgadores, de tal forma que estes se familiarizem com a linguagem técnica e os pesquisadores explicitem

a terminologia especializada a fim de que os benefícios possam ser compartilhados por um maior número de leitores.

Além disso, há o problema da falta de acesso à cultura científica que atinge grande parte da população brasileira que não dispõem de modernos veículos de comunicação, a exemplo da *internet*. Entretanto, se, nas escolas, os professores praticarem a leitura de texto de divulgação da ciência, já seria uma forma de acesso à tal cultura ou, tal como é sugerido no artigo *Ciência na mídia: um desafio para cientistas e jornalistas*, veiculado na revista *Minas faz ciência*, em que aparece a sugestão da divulgação da ciência não só por intermédio da mídia, mas também através do teatro, do museu e da literatura, já que esses meios de informação prendem a atenção especialmente do público infanto-juvenil.

Além dos aspectos sociológicos, Santos (op. cit, p. 48-49) destaca a diversidade do conhecimento, uma vez que este avança à medida que seu objeto se amplia em busca de novas e variadas interfaces, procurando estabelecer um diálogo entre diversas disciplinas. Com isso, a diversidade do conhecimento constitui-se a partir da pluralidade metodológica, o que só é possível a partir da transgressão metodológica. Assim, para o autor, a ciência moderna parece não ter um estilo identificável. Nesta fase de transição, há sinais de fusão de estilos e interpretações entre cânones que podem ser visíveis também na linguagem escrita.

Ao estudar as relações entre linguagem e produção de conhecimento científico, com ênfase no texto de divulgação científica, percebe-se que houve mudanças de paradigmas em resposta às necessidades sociais e históricas, ou seja, antes se visava somente o controle e a manipulação da natureza por parte da comunidade científica. Atualmente, as ciências estão se voltando aos interesses e

necessidades sociais, motivo pelo qual a divulgação das descobertas científicas está em fase ascendente.

Desse modo, a propagação dos saberes científicos através do texto de divulgação vem beneficiar a vida do ser humano, no sentido de alterar determinados comportamentos, tornando-o mais engajado com as práticas sociais vigentes e conseqüentemente mais consciente dos problemas pessoais e sociais que o cerca.

Optamos por analisar em nosso trabalho as características lingüísticas dos textos de divulgação científica que os tornaram mais acessíveis a diferentes leitores, devido ao trabalho do divulgador. Este tem a preocupação de transmitir informações claras e precisas por meio de uma linguagem simplificada, com recursos lingüísticos didatizantes, os quais possibilitam a compreensão de um texto de conteúdo por vezes complexo e que antes era privilégio apenas de um pequeno segmento da sociedade - a comunidade científica.

Coerente com esse contexto, as seguintes questões nortearam nossas primeiras inquietações:

- a) A mudança de paradigmas nas maneiras de compreender e divulgar o saber científico teria conduzido a alterações nas escolhas lexicais e sintáticas, assim como no emprego de certos recursos lingüísticos? Com que propósitos?
- b) O emprego de palavras que tradicionalmente eram concebidas como simplesmente gramaticais poderia ser indicativo de uma polifonia subjacente que revelasse as mais variadas perspectivas de diferentes enunciadorees organizadas pelo divulgador do texto?

Para atender a essas questões, foi selecionado o referencial teórico da Lingüística da Enunciação, por entendermos que esta é a linha de pesquisa que mais se

aproxima da nossa proposta, já que considera o enunciado como um evento comunicativo único que leva em conta o aspecto dialógico da linguagem e o caráter polifônico dos textos.

Assim, a base teórica que assumimos em relação à linguagem centra-se na abordagem enunciativo-discursiva dos trabalhos de Benveniste, que enfatiza o enunciado como interação verbal entre interlocutores, e também nas reflexões de Bakhtin e Ducrot, que ampliam tal conceito, por entendermos que a linguagem é a responsável pela disseminação das descobertas científicas e conseqüentemente das constantes transformações sociais.

Desse modo, busca-se delinear parâmetros para o texto de divulgação científica, considerando-o como um gênero emergente, devido a sua presença crescente nas revistas e nos jornais impressos e eletrônicos veiculados nos mais variados meios de comunicação.

Com base nessas considerações, um dos objetivos do presente estudo está centrado na tentativa de verificar as particularidades do texto de divulgação científica, de tal forma que o conceba como um gênero textual que emergiu há algumas décadas. Além disso, procura-se, mais especificamente, demonstrar que o objeto de análise é composto de diferentes vozes que compõem o fenômeno polifônico nos referidos textos, marcado pela presença de certos sinais, palavras ou expressões lexicais que atestam a natureza polifônica.

Nosso *corpus*, é composto de 16 textos de divulgação científica, cujos temas versam sobre saúde, comportamento e meio ambiente, sendo que os temas da área da saúde estão subdividido nos seguintes tópicos: câncer, obesidade, impotência, HIV, infertilidade e colesterol, totalizando 10 textos. O campo do comportamento está

subdividido nos seguintes tópicos: troca de parceiros, déficit de atenção como consequência de muito tempo em frente à televisão e influência do chocolate no comportamento, perfazendo um total de 3. Já no âmbito do meio ambiente, destacam-se as temáticas da biodiversidade, aquecimento global e mudanças de clima, também totalizando 3. Os referidos textos, os quais se encontram anexados ao final da dissertação, foram extraídos do jornal *Folha de São Paulo*³, versão *online*⁴, no período compreendido entre novembro de 2003 a setembro de 2004. A escolha recaiu sobre esse veículo de comunicação por se tratar de um jornal bem conceituado no Brasil, além de ser um dos maiores veículos de comunicação que abrem espaço para a divulgação das descobertas científicas.

Embora o acesso à rede mundial de computadores tenha aumentado cumulativa e rapidamente, acredita-se que os estudos voltados aos textos de divulgação científica, veiculados nesse contexto, apresentam-se ainda em fase inicial. Tendo em vista o exposto, um estudo das características lingüísticas que considere os aspectos dialógico e polifônico nos textos em discussão parece pertinente e necessário, não só para as práticas pedagógicas no ensino de língua, tanto materna quanto estrangeira, mas também para leitores que desejam efetuar leituras desse gênero.

Nosso estudo se organiza em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, tomando por base os nossos questionamentos e as perspectivas teóricas de diversos estudiosos da linguagem como o russo Bakhtin, o francês Adam, o suíço Bronckart e o brasileiro Marcuschi, iniciamos o nosso percurso teorizando em torno de texto, visto como uma entidade concreta

³ Cabe informar que alguns textos da *BBC* inseridos no *corpus* são veiculados no site da *Folha online*.

⁴ É importante dizer que não abordaremos as semelhanças ou diferenças entre os textos de divulgação da *Folha impressa* e os da *Folha on line* objeto do nosso estudo.

corporificada em algum gênero textual, sendo que a discussão mais significativa recai sobre esse último tópico.

No capítulo de número dois, a ênfase está na natureza enunciativa da concepção de interação verbal entre interlocutores, discutida por Émile Benveniste e também do dialogismo, característica intrínseca da linguagem e reveladora da alteridade, proposto por Bakhtin. Num segundo momento, partindo-se da relação dialógica, a atenção centra-se na polifonia, fenômeno destacado pelo já mencionado filósofo russo e pelo lingüista francês Oswald Ducrot.

O terceiro capítulo é ancorado pela teoria enunciativa de Jacqueline Authier-Revuz, na representação da voz do outro, juntamente com a abordagem de Bakhtin e a de outros teóricos cujas preocupações voltam-se para as peculiaridade lingüísticas, dando base para delimitar alguns sinais e marcadores discursivos que estão presentes nos textos de divulgação científica, com o intuito de verificar os diferentes índices de polifonia através do emprego desses elementos.

No que tange às traduções dos artigos e livros em língua estrangeira utilizados para a concretização dessa pesquisa, é importante dizer que as mesmas foram realizadas por mim ou pela orientadora dessa dissertação, prof^a. Dr^a. Elsa Maria Nitshe Ortiz.

CAPÍTULO I

1. O TEXTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO GÊNERO

No final do século XX e início do século XXI, o campo dos saberes tem se apresentado propício à democratização do conhecimento científico em função dos avanços tecnológicos. Por esse motivo, o período atual tem sido freqüentemente denominado de *era da informação*, devido à grande expansão que os modernos meios de comunicação têm atingido.

Nesse universo, que compreende a produção e a difusão do conhecimento, mais propriamente no campo intelectual, destacam-se os textos de divulgação científica (doravante DC), encontrados com freqüência nos jornais e revistas veiculados na mídia impressa e eletrônica. Ao analisar os textos de DC, percebe-se que se trata de um *gênero emergente*, conforme destacam alguns autores (Auría & Alastrué, 1998, p.79-88), por apresentarem novos elementos de linguagem em relação às formas de enunciação, ao adotarem recursos lingüísticos que facilitam a compreensão da produção dos sentidos e possibilitam as regularidades no funcionamento dos enunciados.

O termo *emergente* para o gênero discursivo em discussão explica-se pelo fato de que os gêneros mudam com o decorrer do tempo em resposta às alterações e necessidades sócio-históricas dos usuários da linguagem. Assim, tem-se assistido ao surgimento de alguns gêneros juntamente com a evolução tecnológica, entre eles, os

chats (grupos de discussão eletrônica), bem como os *blogs* (diários virtuais). É importante destacar que, nestas práticas discursivas, utiliza-se vocabulário simples e informal, como abreviaturas e gírias, por tratar-se de um passatempo apreciado principalmente por adolescentes.

Pode-se citar também o surgimento de gêneros mais complexos, como as videoconferências, os *e-journals* (periódicos acadêmicos veiculados na *internet*) e, como já foi mencionado, os textos de DC encontrados nos *sites* informativos. Estes últimos surgiram já há algumas décadas. No entanto, eles têm recebido maior atenção na atualidade, devido ao crescimento da rede mundial de comunicações - *internet* -, sendo, portanto, passíveis de uma análise mais detalhada.

Segundo Bakhtin (1996, p.60), as diversas áreas das atividades humanas envolvem o uso da linguagem e esta é realizada na forma de enunciados individuais, que podem ser orais ou escritos⁵, por parte dos participantes destas atividades. Os enunciados lingüísticos refletem as condições e objetivos específicos do assunto de interesse de cada falante. Isso ocorre não somente através do conteúdo temático e do estilo lingüístico, que compreende a seleção de recursos lexicais, frasais e gramaticais, mas, acima de tudo, através da estrutura composicional do texto que dá origem a um gênero específico.

Coerentemente com o que foi exposto acima, compreende-se o conceito de gênero, não no seu sentido literário, mas como gênero discursivo que, conforme Bakhtin (1997, p.284), constitui “*um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico*”. É necessário ressaltar que, a partir dos

⁵ Vale lembrar que os enunciados escritos podem ser manuscritos, impressos ou eletrônicos.

estudos bakhtinianos a respeito de gêneros, muitos são os autores e as vertentes teóricas que se ocupam deste assunto.

Marcuschi (2003, p. 19-36) compreende os gêneros como “*formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos*”. Além disso, os gêneros “*são definidos basicamente por seus propósitos (funções, intenções, interesses) e não por suas formas*”. Contudo, o autor lembra que, embora os gêneros caracterizem-se mais por “*aspectos sócio-comunicativos e funcionais*”, isso não significa desprezar “*o poder organizador das formas composicionais dos gêneros*”, uma vez que o próprio Bakhtin considerava a constituição composicional, o conteúdo temático e o estilo como as três características dos gêneros.

Para Marcuschi (op. cit.), em muitos casos, são as formas que determinam o gênero, em outros são as funções. Também há casos em que o suporte ou o ambiente onde os textos são veiculados determinam o gênero. Por exemplo, um determinado texto que circula em uma revista científica constitui um gênero denominado *artigo científico*. Já o mesmo conteúdo, ao ser veiculado em um jornal diário (impresso ou eletrônico), origina um novo gênero chamado *texto de divulgação científica*. É óbvio que há distinções bastante claras quanto aos dois gêneros. No entanto, trata-se do mesmo conteúdo abordado diferentemente, ou seja, escrito com características distintas.

Bakhtin (1997) classifica os gêneros discursivos, dentro da heterogeneidade dos discursos, como *primários* ou simples e *secundários* ou complexos⁶. O gênero do discurso primário constitui-se em decorrência da comunicação verbal espontânea, tendo

⁶ É importante destacar que a distinção entre gênero simples e complexo empregada por Bakhtin não levava em conta a complexidade existente atualmente, mesmo nas enunciações informais, sobretudo no âmbito virtual, quando o repertório da língua é acrescido de vocábulos técnicos, estrangeirismos, imagens e sons presentes na comunicação virtual.

como exemplos certos tipos de diálogos familiares ou entre amigos, enquanto que o gênero do discurso secundário constitui-se na comunicação cultural, apresentando uma melhor elaboração sintática, principalmente na modalidade escrita, tendo como exemplos: contratos, crônicas, cartas oficiais, documentos científicos, Além disso, pode-se afirmar que o gênero secundário utiliza-se do primário, modificando-o e tornando-o mais complexo.

Assim, a diversidade de gêneros do discurso é imensa, bem como sua riqueza, porque são muitas as possibilidades de exposição da linguagem nas diferentes esferas da atividade humana. Cada esfera possui um repertório de gêneros que cresce e se transforma devido às necessidades sociais, dando origem, em muitos casos, a novos gêneros do discurso, como é o caso do texto de DC em foco, que tem como discurso-fonte o discurso de cunho científico. Reforçando esta idéia, podemos acolher Todorov, *apud* Swales (1993, p.36), ao afirmar que “*um novo gênero é sempre a transformação de um ou vários gêneros velhos, por inversão, deslocamento ou por combinação*”.

1.1 Texto e seqüências tipológicas

Antes de prosseguirmos com a discussão em torno de gênero textual, faz-se necessário uma exposição a respeito da definição de texto, entidade que organiza as atividades de linguagem em diferentes tipologias. Segundo Bronckart (1997, p.71), a definição de texto, numa acepção geral, “*pode ser aplicada a toda e qualquer produção de linguagem oral ou escrita*”, apresentando-se em diversos tamanhos. Entretanto, o texto pode ser dotado de características comuns e pode também estar relacionado ao contexto em que é produzido. Além disso, apresenta um modo de organização em

relação ao seu conteúdo e frases articuladas de acordo com regras de composição. Nas palavras de Bronckart (op. cit, p 71), texto designa:

toda unidade de produção de linguagem que veicula uma mensagem lingüisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário. Conseqüentemente, essa unidade de produção de linguagem pode ser considerada como a unidade comunicativa de nível superior.

Por serem considerados produtos das atividades humanas, os textos estão associados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais e estas são muito diversas e evoluem com o curso da história, exigindo diferentes modos de configuração, aos quais Bronckart (op.cit) denomina *espécies de textos*. Para ele, o surgimento das espécies de textos pode estar relacionado ao “*aparecimento de novas motivações sociais*”, tais como a emergência dos artigos científicos no decorrer do século XIX, ou ao aparecimento de novas circunstâncias de comunicação, como os textos comerciais e publicitários, em função de um novo produto a ser comercializado.

Além disso, as novas espécies de textos mencionadas pelo autor podem estar associadas ao surgimento de novos suportes de comunicação como entrevistas radiofônicas ou televisivas. Os *chats*, os *e-mails* e as videoconferências, por exemplo, além de usarem um novo suporte comunicativo, surgiram como uma resposta à necessidade de uma comunicação mais rápida, devido ao corre-corre da vida contemporânea e em decorrência da evolução tecnológica.

Diante dessa diversidade de espécies de textos, existe a preocupação com a sua classificação, fato que ocorre baseado na noção de gênero textual ou gênero discursivo. A tarefa de classificar, de acordo com Petitjean (1989, p.87), parece para alguns autores

“*um empreendimento quase impossível ou impensável*”. Já para outros teóricos, é uma atividade possível e, além disso, necessária.

Contudo, não podemos ignorar que os modos de classificação utilizados pelos diferentes autores que tratam da questão são pouco precisos, especialmente se prestarmos atenção nos livros didáticos veiculados nas escolas (Petitjean, 1989, p. 86-87). No que diz respeito a essa discussão em torno da clareza ou precisão, na concepção de Bronckart (op.cit, p.73), a classificação dos gêneros de textos é “*profundamente vaga*”. Na seqüência, o autor afirma que “*as múltiplas classificações existentes são divergentes e parciais e nenhuma delas pode ser considerada como um modelo de referência estabilizado e coerente*”.

Para o mesmo autor, as dificuldades e diversidades de classificação explicam-se a partir dos diversos critérios, que podem ser empregados para definir um gênero, podendo variar de acordo com:

- a) o tipo (finalidade) de atividade humana implicada, o que dá origem ao gênero literário, científico e jornalístico;
- b) os efeitos comunicativos visados, dando surgimento ao gênero poético, épico ou lírico;
- c) tamanho ou natureza do suporte midiático utilizado, originando a novela, o romance ou a reportagem;
- d) conteúdo temático, o que resulta no romance policial, ficção científica ou receita culinária.

Além disso, a dificuldade de classificação também pode ser analisada em função do aspecto histórico das produções de textos, ou seja, alguns gêneros desaparecem, assim como outros surgem, como é o caso do texto de DC, objeto de

estudo deste trabalho. Nesse sentido, os gêneros estão em constante movimento e por esse motivo, suas fronteiras não são claramente estabelecidas, apresentando critérios e definições móveis ou divergentes, ou, conforme Marcuschi (2003, p. 19), gêneros “*não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa, ao contrário, caracterizam-se por ser maleáveis, dinâmicos e plásticos*”

Em se tratando de atividades de linguagem, é importante destacar a contribuição de Adam (1997, p. 34), ao apregoar que “*a natureza composicional de toda produção linguageira é profundamente heterogênea*”. Essa heterogeneidade é a base da rejeição das *demarches* tipológicas e é um fato que os lingüistas não podem ignorar. Por esse motivo, define texto como “*uma estrutura hierárquica complexa que compreende n seqüências – elípticas ou completas – do mesmo tipo ou de tipos diferentes*”.

Por outro lado, Bronckart (op. cit.) sugere primeiramente que o critério mais objetivo para a identificação e a classificação dos gêneros poderia ser o das unidades e das regras lingüísticas específicas, mas, num segundo momento, reconsidera esse pensamento, ao afirmar que um mesmo gênero pode ser composto por vários segmentos distintos, o que corrobora a idéia de Adam. Esse autor postula uma teoria baseada na concepção de uma tipologia seqüencial da textualidade constituída por várias seqüências prototípicas, não podendo, portanto, ser definida por critérios puramente lingüísticos.

Para Bronckart (op.cit., p. 138), “*os gêneros são intuitivamente diferenciáveis*”, não podendo nunca ser “*objeto de uma classificação radical, estável e definitiva*”. Nessa perspectiva, pode-se considerar que os textos não pertencem a um determinado tipo textual estanque, o que era aceito até há alguns anos. Numa visão

contemporânea, os textos são constituídos por seqüências tipológicas com variações lingüísticas e sintáticas, que podem ser de natureza narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa ou dialogal, sendo uma delas predominante (Adam, 1997). Assim, definir o texto como uma estrutura constituída por seqüências tipológicas permite abordar a heterogeneidade composicional em termos hierárquicos.

Se recorrermos aos principais autores que tratam de gênero, podemos perceber que as diversas abordagens dos fenômenos textuais apresentam diferentes classificações e terminologias. No entanto, a noção de gênero, de acordo com Bronckart (op.cit., p.139), “*está associada à de discurso e a noção de tipo está relacionada à de textos*”. Portanto, a dimensão textual está subordinada à dimensão discursiva.

Marcuschi (op. cit, p. 22) contribui no sentido de esclarecer as noções de *tipo textual* e *gênero textual*, as quais, por vezes, são empregadas indistintamente. Entretanto, essa distinção é fundamental em todo trabalho de compreensão e produção textual. O autor parte das idéias de Bakhtin e Bronckart bem como de outros teóricos que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, privilegiando a natureza funcional e interativa da mesma. Assim, a expressão **tipo textual** é empregada para

designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção⁷.

ao passo que a expressão **gênero textual** é usada como uma

noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características

⁷ Observe-se que nas seqüências tipológicas propostas por Adam (1997) existe diferença na classificação.

sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição características. [...] os gêneros são inúmeros.

O termo gênero normalmente é associado aos estudos literários advindo, daí, talvez, a tendência nos estudos lingüísticos para o uso da expressão **tipologia** ou **tipo textual** considerado mais tênue.

1.2 Discurso definitório

Toda tipologia textual é constituída de um determinado discurso predominante, que pode ser religioso, cotidiano, jurídico, jornalístico, científico, etc., ao que Marcuschi (op. cit, p.23) denomina *domínio discursivo*, outra noção importante para o estudo do texto. Tal expressão é usada para “*designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos*”.

Dentre os diferentes discursos, principalmente os de textos especializados e mais eruditos, que descrevem conceitos novos ou pouco conhecidos para os leitores, o produtor do texto pode sentir a necessidade de explicar ou definir termos que designam tais conceitos. Assim, de acordo com Candel (1992, p. 33), buscam-se “*elementos de informação necessária para compreender, descrever ou reformular um equivalente do termo utilizado*”, sendo essencial dispor de elementos definitórios que permitam construir uma definição compreensível para os leitores não-especialistas.

Nesse sentido, alguns textos são reelaborados, e, para tal empreendimento, utiliza-se uma linguagem de natureza metalingüística e mais particularmente autonímica, o que compreende um retorno aos dizeres. Para Candel (op.cit, p.34), trata-se de discurso definitório, que é:

constituído de um conjunto de enunciados nos quais transparece uma atividade definitória ou, mais genericamente, uma reflexão sobre as palavras, permitindo meios para apreender seu sentido.

A título de exemplo, pode-se citar os textos de DC. Muitos dos termos encontrados nesse gênero são especializados e, na sua grande maioria, não são definidos pelos dicionários, o que leva o divulgador a investir em definições e descrições informativas para assegurar o entendimento do enunciado (Candel, *op.cit.*, p. 36). Nesse sentido, os termos que se apresentam como desconhecidos, obscuros ou opacos para o leitor leigo são postos em conjunto de associações, tornando-os mais transparentes e conseqüentemente de mais fácil compreensão. O termo definido ou explicado não é sempre um neologismo, nem é necessariamente um termo pertencente às disciplinas de ponta, mas pode-se tratar de um uso comum a um grupo especializado, sendo, desta forma, indispensável aos autores explicitar seu emprego para que os destinatários possam compreendê-lo.

Entende-se que os diferentes modos de dizer através de definições sejam utilizados devido à visão didática dos textos técnicos. Assim, o recurso do discurso definitório é um uso recorrente para explicitar o sentido de uma palavra pouco ou mal conhecida. Nos discursos especializados, além das variações, podem ser empregadas reprises, repetições, recuperações em um vai e vem incessante, as quais tem por objetivo enriquecer e tornar mais claros os enunciados.

1.3 O texto de divulgação científica (DC)

É interessante destacar que uma definição precisa do texto de DC, como gênero, é tarefa complexa, pois, na concepção de Sánchez Mora (2003, p. 13), “*cada divulgador tem sua própria definição de divulgação*”. Contudo, é sugerido o seguinte conceito operativo: “*a divulgação é uma recriação do conhecimento científico, para torná-lo acessível ao público*”. Cumpre lembrar que se trata de um público distanciado das ciências ou de alguns de seus ramos.

Authier-Revuz (1998, p.107) considera que o texto de DC seja uma associação do discurso científico com o discurso cotidiano e conceitua divulgação científica ao afirmar que é:

uma atividade de disseminação, em direção ao *exterior*, de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no *interior* de uma comunidade mais restrita; essa disseminação é feita fora da instituição escolar-universitária, não visa à formação de especialistas, isto é, não tem por objetivo estender a comunidade de origem.

Horta Nunes (2003, p. 43-62) também faz uma aproximação entre os dois discursos ao tratar do texto de DC, afirmando que “*há uma justaposição entre os discursos cotidiano e científico*”, como se houvesse uma concorrência de quem sabe mais: o conhecimento científico ou o tradicional, estabelecendo-se posições que demonstram a hierarquização das formas do saber. Já Leibrunder (2000, p.229-253) compreende o texto de DC como a fusão do discurso de cunho acadêmico-científico com o discurso jornalístico. Assim, a partir do pensamento destes autores, pode-se pensar no texto de DC como um gênero híbrido, com particularidades e recursos lingüísticos a serem analisados.

1. 4 O discurso propriamente científico

Utiliza-se a expressão *propriamente científico* para distinguir tais textos dos de divulgação científica, que empregam uma linguagem híbrida, a qual mescla o discurso científico e cotidiano dentro de uma perspectiva jornalística.

É importante destacar primeiramente algumas características típicas do discurso propriamente científico, por ser este a origem do objeto de nosso estudo. Coracini (1991, p.57) destaca as seguintes marcas:

- a) dirige-se a ouvinte que se situa no espaço e no tempo, a saber, o grupo de especialistas da área;
- b) pressupõe ouvinte conhecedor da matéria e dos métodos utilizados. Em decorrência, algumas informações, como explicações e termos específicos, são suprimidas por serem julgadas como não necessárias, tornando o discurso hermético para o leitor leigo;
- c) tem a intenção de persuadir sobre a validade e o vigor científico;

Há no discurso propriamente científico uma tentativa de “apagamento” do sujeito, já que são os próprios objetos que assumem a voz da verdade e que falam como se tivessem vida própria. Ou seja, substitui-se o ponto de vista de um sujeito por uma perspectiva universal, supostamente objetiva, típica do paradigma de cientificidade (Leibrunder, op.cit, p. 240).

No entanto, não podemos esquecer que os procedimentos metodológicos, bem como as escolhas de materiais e os resultados das descobertas científicas são desenvolvidos e atingidos por intermédio da intervenção e da interpretação dos seres humanos. São indícios de que existe, mesmo nos processos científicos, a subjetividade, característica própria dos seres humanos.

Assim, para Leibrunder (op. cit), o uso de alguns recursos lingüísticos como, por exemplo, o emprego de verbos na 3ª pessoa do singular acrescidos da partícula *se* - índice de indeterminação do sujeito - revela uma certa impessoalidade e se presta a uma tentativa de “camuflar” ou obscurecer a subjetividade em prol de uma objetividade científica.

Ao contrário dos textos científicos em que se pretende a maior objetividade possível, nos textos de DC verifica-se maior grau de subjetividade revelado através de certos elementos lingüísticos, os quais Leibrunder (op.cit, p. 241-246) denomina *elementos didatizantes*. Os elementos mencionados pela autora são os seguintes: definição, nomeação, exemplificação, comparação, metáfora e parafraseagem, os quais são utilizados com o intuito de promover uma aproximação entre o divulgador e seus interlocutores. Tais recursos mantêm a veracidade das informações veiculadas pelos cientistas em seus trabalhos. Assim, os jornalistas utilizam-se de forma didática, de diferentes modos de dizer, os quais possibilitam atingir um maior número de leitores.

Os textos de DC também podem ser vistos sob a perspectiva jornalística, pois pretendem expressar uma abordagem objetiva, clara e imparcial da realidade, tendo a característica preponderante de serem construídos para se tornarem atrativos e compreensíveis para um maior público possível, uma vez que o jornal tem o compromisso funcional bem como empresarial de atingir diversos segmentos da sociedade. Para alcançar tal propósito, tanto a temática abordada quanto a disposição do texto com manchete atrativa e foto (se houver) devem estar articuladas para despertar o interesse dos leitores. Além disso, o tratamento dispensado à linguagem depende do público-alvo a que se destina, podendo apresentar uma escrita mais formal ou uma escrita tendendo mais ao coloquial.

Sabe-se que tanto o texto jornalístico quanto o acadêmico-científico apresentam estruturas e normas bastante distintas (Coracini, *op.cit*). Entretanto, acredita-se que há algo em comum entre essas duas tipologias discursivas, ou seja, ambas devem estar comprometidas com a veracidade dos fatos, a objetividade e, portanto, com uma correta divulgação, distinguindo-se pelo uso de diferentes estratégias lingüísticas que tornam o texto de divulgação mais didático. Assim, metáforas, personificações, glosas, apostos, exemplificações e comparações⁸ são freqüentemente encontrados nos textos de divulgação científica, conforme relacionados por Colussi (2002, p.28-35).

O emprego dos recursos lingüísticos nos textos em discussão visam, principalmente, possibilitar uma melhor compreensão por parte do leitor não-iniciado nas práticas científicas, já que o discurso de divulgação é direcionado a um público que não coincide com o dos cientistas, ao contrário do que acontece com o discurso da ciência, em que a tendência é escrever para seus pares (Horta Nunes, *op.cit*). Essa reformulação no modo de explicitar os saberes científicos realiza-se em função de um dos pólos⁹ - o leitor - que compõem o circuito da divulgação científica.

⁸ Observa-se que algumas dessas categorias levantadas por Colussi (2002) coincidem com as mencionadas por Leibrunder (2000), outras não. Tais categorias não serão analisadas nessa dissertação sobre textos de DC por já terem sido abordadas pelas autoras.

⁹ Authier-Revuz (1998, p.114-115) diz haver dois pólos na divulgação científica, a ciência e o leitor, sendo que o divulgador empenha-se para manter o contato entre ambos via texto de DC.

1. 5. Ciência, divulgador e leitor: os diferentes lugares no texto de DC

Sabe-se que o escritor do texto de DC é o divulgador da pesquisa científica. Normalmente, trata-se do próprio cientista ou de um jornalista, o qual deve demonstrar valores como imparcialidade, objetividade e compromisso com a verdade, tendo como trabalho a reformulação dos enunciados e a composição de um texto relativamente previsível na escolha lexical e no esquema sintático, convergindo para o propósito de relatar o objetivo, a metodologia e os resultados da pesquisa divulgada. Entre estas partes, percebe-se o predomínio de certos verbos que relatam as ações desenvolvidas ao longo da pesquisa. Swales (1993, p.151) aponta que os verbos de relato podem ser divididos em dois grupos principais, a saber:

- a) com maior comprometimento, como por exemplo, os verbos *mostrar*, *demonstrar* e *estabelecer*.
- b) com menor comprometimento, como por exemplo, *sugerir*, *propor* e *examinar*.

A hipótese é que esses últimos verbos sejam mais empregados no nosso objeto de estudo, especialmente para exprimir os resultados. A título de exemplo, leia-se o seguinte fragmento de um texto de DC, extraído do *corpus*:

*Os resultados **sugerem** que o mundo biológico se aproxima da sexta extinção de sua história. (Folha online – 21/03/2004)*

Esse posicionamento, através do uso de verbos com menor comprometimento, é de certa forma compreensível, pois se sabe que a conclusão, em decorrência do resultado de uma pesquisa, pode ser modificada a partir de uma nova descoberta, uma vez que a ciência está em constante movimento à procura do novo, do desconhecido, podendo, portanto, alterar seus saberes. Resta a dúvida de saber se esses verbos foram empregados pelos autores do texto-fonte ou do texto de DC. Acreditamos terem sido

empregados pelos primeiros e utilizados novamente pelo divulgador, embora não possamos comprovar aqui.

Nos textos do *corpus*, verificamos um outro grupo de verbos não citados explicitamente por Swales, mas que, em nossa opinião, deve também ser elencado como de maior comprometimento: *usar*, *verificar*, *descobrir*, *indicar*, *identificar*, etc. Tais verbos retratam os procedimentos metodológicos e as constatações das descobertas, sempre empregados no pretérito perfeito, o que se justifica, pois, como se sabe, trata-se da descrição metodológica de um acontecimento já acabado. Além disso, em alguns fragmentos, notamos, além do verbo *sugerir* e *propor* mencionados por Swales (op.cit), a utilização de *especular*. Todos eles são empregados no tempo presente, justamente por se tratar do resultado ou da conclusão, o que pressupõe uma verdade e, nesse caso, verifica-se o emprego do presente do indicativo. Nossa hipótese é a de que esses verbos demonstram uma certa hesitação ou incerteza em relação às afirmativas concernentes às descobertas, ou, como diz Swales (op.cit), expressam “*um menor comprometimento*” por parte da comunidade científica.

Se o divulgador do texto de DC é previsível, não se pode dizer o mesmo dos seus interlocutores e do modo de reformulação do texto. Os receptores são complexos porque ocupam diferentes posições sociais, com conhecimentos diversificados, em lugares e culturas diferentes. Em contrapartida, o modo de reformulação do texto depende particularmente de quem o escreve e de sua experiência no assunto.

Nesse circuito, tem-se a interação do divulgador com a comunidade científica, a qual é a responsável pela divulgação primeira da pesquisa, através de seus relatórios ou artigos acadêmicos, que são escritos de uma forma mais elaborada e com linguagem específica das coletividades científicas. Além disso, não podemos esquecer da

responsabilidade de divulgar fatos precisos e da preocupação, por parte do divulgador, de configurar o texto de DC utilizando termos e expressões não complexas, com o intuito de torná-lo mais compreensível ao público que não conhece os termos específicos da área científica. Diz-se que é uma relação complexa porque o texto de DC mostra o discurso de cunho científico através de diferentes formas - o discurso relatado, a citação, a glosa, etc (Authier-Revuz, 1998, p.114-115).

Para a autora, na enunciação da DC, existem três lugares enunciativos com duas extremidades ou pólos e com diferentes papéis:

- a) a Ciência, vista como um primeiro lugar ocupado por pessoas que se exprimem, identificadas pelos nomes próprios, o que confere a garantia de autoridade, emprestando seriedade ao texto;
- b) o leitor, tido como um segundo lugar, em torno do qual se constrói a imagem do homem desejoso por conhecimento, curioso pelas ciências, mas distanciado dos especialistas e, principalmente, de seus modos de falar;
- c) o divulgador, mediador ou intermediário, aquele que articula os dois pólos - a ciência e o leitor em contato - através do texto de DC.

Quanto ao procedimento de identificar as pessoas envolvidas no trabalho de pesquisa mencionado anteriormente, é pertinente destacar-se a importância que tem a voz de autoridade, isto é, em se tratando de uma descoberta feita por um cientista renomado ou por uma instituição reconhecida, a validade do resultado torna-se incontestável. Nesse sentido, vejamos o que Bakhtin (1986, p.153) comenta a respeito do valor dessa prática:

quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de *outrem*, mais claramente definidas serão as suas fronteiras, e menos acessível será ela à penetração por tendências exteriores de réplica e de comentário.

Em função da posição de um interlocutor distanciado do vocabulário científico, o fazer discursivo do texto de DC não compreende apenas a simplificação lexical, com o propósito de torná-lo mais familiar ao público não especialista. É essencial uma reformulação ampla, que envolva os campos semântico e estilístico em função do tipo de veículo e também as expectativas dos seus interlocutores - jovens universitários, adolescentes do ensino fundamental ou médio, aposentados, donas de casa, etc. Desse modo, acredita-se que a reformulação do texto de DC a partir do texto-fonte não compreende simplesmente uma substituição de termos técnicos por termos coloquiais. Defende-se que seja um trabalho de reformulação textual que envolva diferentes características e objetivos, além de variados receptores com diferentes conhecimentos.

Nesse sentido, Swales (op.cit) contribui, ao afirmar que o escritor, nesse caso, o divulgador, procura imaginar o conhecimento prévio do leitor, bem como seu potencial em processar possíveis problemas de compreensão. No outro pólo, encontra-se o leitor, o qual busca prever os argumentos e idéias do divulgador. Em outras palavras, o leitor questiona-se sobre o que o divulgador pretende com aquele discurso. Assim, nesse processo, pode-se verificar um esforço semântico por parte de ambos em uma atividade sócio-cognitiva.

Reforçando a questão da expectativa dos interlocutores, podemos lembrar as palavras de Bakhtin (1986, p.146), ao destacar:

toda transmissão particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas, Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso.

Acredita-se que a produção do saber científico e, conseqüentemente, sua propagação através dos textos de DC esteja estritamente associada ao processo de paráfrase como diferentes formas de dizer. Assim, a paráfrase constitui a matriz do sentido, pois, ao reformular os modos de dizer, está-se diante de algo que já foi dito de outra maneira, em outro lugar e que já fez sentido em outro momento.

1. 6 Reformulação do texto de DC: um processo parafrástico

Nos textos em geral, percebe-se os mesmos temas reescritos de diferentes maneiras, principalmente quando se referem a assuntos polêmicos que geram preocupações há várias décadas, tais como o meio ambiente e doenças letais como o câncer e que suscitam inúmeras pesquisas em diferentes contextos. Cada nova pesquisa busca avançar na direção de um resultado positivo em relação ao que já foi feito, mas não sendo necessariamente revolucionária a ponto de representar um novo paradigma¹⁰ naquele determinado campo do saber (Thomas Kuhn, 1975).

Enquanto não houver uma ruptura nos paradigmas da cientificidade, que substitua radicalmente os resultados buscados, os dizeres continuarão sendo expostos no nível do repetível, do reformulável, destacando-se alguns avanços atingidos. No entanto, não é especificamente neste sentido que queremos destacar a questão do retorno a determinado tema, mas no que diz respeito ao processo de paráfrase que, segundo Fuchs (1982, 35-36) “*constitui uma atividade metalingüística espontânea, que o sujeito exerce de modo ‘pré-consciente’, a propósito de enunciados da língua*”.

¹⁰ Kuhn em sua obra *A estrutura das revoluções científicas* (1975) destaca que somente uma grande descoberta científica como, por exemplo, a evolução das espécies, representa uma ruptura e uma mudança de paradigma científico.

De acordo com a autora, a atividade de parafraseagem é estabelecida entre duas seqüência X e Y cada vez que um sujeito falante produz (ou reconhece) Y como uma reformulação parafrástica de X. Sabe-se que o produtor da paráfrase visa o mesmo sentido do texto-fonte. Contudo, há de se reconhecer que existe uma distância entre a escrita do primeiro texto e a do segundo considerado uma reformulação.

Ao transpormos esse aspecto teórico ao objeto do nosso estudo, pode-se pensar o texto de DC como uma paráfrase do texto-fonte - artigo ou relatório científico, entrevista ou tradução - em termos de equivalência semântica. Ou seja, nos enunciados comparados haveria um núcleo semântico ao qual se “colariam” diferenças semânticas secundárias (Fuchs, 1982). Nesse sentido, em frases consideradas parafrásticas, haveria o “igual” e o “não igual” com a possibilidade de graus de equivalência entre elas.

Assim, no âmbito da paráfrase, está a significação mais ou menos modificada, pois, por meio do viés da reescritura do texto, tem-se o espaço para o reformulado, para o que é dizível de outra maneira, gerando, algumas vezes, outra espécie de texto ou outro gênero com diferentes características. Portanto, também a divulgação da ciência - processo fundamental na produção dos saberes - pode ser parafraseada, à medida que o divulgador expressa, no novo texto, uma linguagem menos especializada e mais próxima do cotidiano. É em função desse processo de reescritura, envolvendo tanto o locutor quanto o interlocutor que, segundo Bakhtin (1997, pg. 286), o desenvolvimento da língua escrita acarreta:

em todos os gêneros a aplicação de um novo procedimento na organização e conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar do falante/ouvinte, o que leva a uma reestruturação e renovação dos gêneros do discurso.

Ao produzir uma paráfrase, pode-se pensar em (re)dizer aquele determinado enunciado com o mesmo sentido. Entretanto, acaba-se por enunciar “*outra coisa*”. Para Fuchs (op.cit), trata-se de um processo contínuo de transformação e, conseqüentemente, deformação. O fato pode passar despercebido pelo produtor do enunciado parafrástico. No entanto, essa variação pode ser notada pela reação e opinião de diferentes pessoas ao serem questionadas sobre o sentido produzido a partir do processo de reescritura do enunciado, o que, segundo a autora, mostra o “*caráter fugidio e subjetivo da relação entre o mesmo e o outro*”. Desse modo, acredita-se que toda mudança de forma induz a uma mudança de sentido.

As paráfrases podem apresentar diferentes tipos de variações, caracterizando tipologias de paráfrase. Nesse sentido, destacaremos a distinção proposta por Ungeheur (*apud* Fuchs, op.cit, 42-43), que destaca três grandes níveis de variações, por acreditarmos ser tal distinção mais abrangente e mais próxima do nosso objeto de estudo:

- a) variação mínima: pode compreender: 1) redução ou expansão de uma palavra; 2) transformação sintática ou conservação lexical; 3) mudança sinonímica; 4) mudança lexical de ordem retórica;
- b) variação total: em que ocorre uma mudança tanto do léxico quanto da sintaxe;
- c) variação máxima: pode-se reformular um texto inteiro, resumindo-o em apenas uma frase.

No texto de DC, existe a possibilidade de ocorrerem todas essas variações, uma vez que o divulgador se utiliza da expansão através de sinônimos ou, ainda, ao definir termos técnicos, utilizando-se de discurso definitório, além de outras estratégias, que explicitam a palavra desconhecida de modo a possibilitar uma melhor compreensão do leitor leigo. Assim, o escritor altera, substitui o léxico e, em

consequência, muda também a sintaxe, tendo em vista a concordância nominal ou verbal.

Outra variação diz respeito à extensão do texto de DC. Sabe-se que ele apresenta-se na maioria das vezes em tamanho menor se comparado ao tamanho do texto original, já que é para ser veiculado em um suporte (revista, jornal impresso ou eletrônico, etc.) que geralmente disponibiliza um espaço reduzido. Além disso, um texto menor encoraja mais o leitor¹¹.

Fuchs (op.cit, 32) diferencia dois tipos de questionamentos adotados em relação ao sujeito, no que diz respeito à paráfrase:

- a) procedimento analítico: quando se pede ao sujeito que interprete seqüências dadas para saber se elas são decodificadas como parafrásticas ou não, empregando-se uma comparação entre as expressões;
- b) procedimento sintético: quando se solicita ao sujeito que produza seqüências parafrásticas de uma seqüência dada. Esse procedimento permite iniciativa, por parte do sujeito parafraseador, de escolher seu modo próprio de reformulação. Nesse caso, não se trata de testar a capacidade de reconhecer paráfrases, mas evidencia-se um processo criativo de reformulação a partir de um texto-fonte.

Observando o texto de DC, percebe-se que ocorre o procedimento sintético, uma vez que ao divulgador é solicitado - ou permitido - por parte da comunidade científica a reescrever um texto que é de natureza científica, não mais para os pares, mas para a comunidade em geral. O divulgador, por sua vez, tem ampla liberdade, desde que não desvirtue ou deturpe as idéias do texto original, para escolher o léxico, bem como as combinações sintáticas e recursos disponíveis na língua para a

¹¹ Ainda mais quando usado como recurso didático em escolas.

constituição do novo texto. Assim, ao divulgador, cabe a tarefa de parafrasear o texto original, podendo ser criativo na sua reescritura.

Já o receptor, que tem acesso à leitura do texto de DC, e que poderia pôr em prática o primeiro procedimento - o analítico - não tem condições de analisar e avaliar se as seqüências discursivas estão de acordo com o texto que lhe deu origem, por não ter acesso ao texto-fonte. Resta-lhe, então, confiar nas informações transmitidas pelo divulgador.

1.7 O texto de DC e sua natureza social

A linguagem, característica complexa e própria dos seres humanos, funciona como mediadora das diversas relações sociais, pois perpassa, reflete e refrata todas as esferas das atividades humanas, sendo responsável, em grande parte, pelo processo histórico da humanidade no que diz respeito à evolução cultural e científica.

Nesse sentido, entendemos a linguagem como uma prática social cotidiana, que envolve a experiência do relacionamento entre diferentes sujeitos. Por este motivo, as atividades languageiras e, em conseqüência, os gêneros discursivos formam-se e transformam-se em resposta às necessidades históricas e sociais. Em outras palavras, os gêneros discursivos surgem à luz de uma concepção de enunciado como possibilidade de utilização da língua. Assim, Pires (2002, p.46) compreende que:

as variações percebidas nos diferentes gêneros decorrem em conformidade às circunstâncias, à posição social e ao relacionamento dos interlocutores do discurso.

É evidente a natureza social da linguagem e, por extensão, dos gêneros discursivos em que a relação dos enunciados dos sujeitos acontece em função do meio

social circundante. Complementando essa idéia de que os gêneros discursivos são uma consequência das necessidades sociais dos seres humanos, Flores (2001, p. 37) lembra as palavras de Bakhtin ao dizer:

a ação humana está diretamente ligada à utilização da língua. Como esta ação emana de determinadas esferas da atividade humana, a utilização da língua conseqüentemente reflete as condições e finalidades de cada uma.

É interessante destacar também o pensamento de Caldas (2003, p.74), ao ressaltar que existe uma “*responsabilidade social por parte do jornalista*” (divulgador) e do cientista que trabalham em regime de parceria, ao promover o processo de difusão dos saberes e contribuir para o processo de alfabetização científica e melhores condições de vida para os cidadãos, tornando o “*conhecimento científico um instrumento de transformação social*”.

Assim, o divulgador dos textos de DC tem como principal função interpretar a comunidade científica, trazendo para a sociedade em geral os saberes do universo da ciência, priorizando, assim, a natureza educativa e social próprias do seu ofício. Nesse sentido, o papel do jornalista (divulgador) é promover um diálogo entre ciência, educação e mídia para possibilitar o aprimoramento da cultura científica. De acordo com Caldas (op. cit, p.80), “*democratizar o acesso ao conhecimento significa permitir a divisão do saber e do poder, significa reconhecer a força da informação como processo de libertação social*”.

Nessa perspectiva, pode-se pensar a leitura do gênero texto de DC como uma prática formadora de opinião, permitindo aos diversos segmentos sociais o direito à informação bem como à discussão, no que diz respeito a assuntos polêmicos, que antes eram privilégio de poucos e atualmente são veiculados na mídia. Tal prática promove o

desenvolvimento cognitivo dos leitores, tornando-os cidadãos mais atuantes e com visão mais abrangente.

O contato com o texto de DC bem como de diferentes gêneros textuais é uma oportunidade não só do grande público, mas também dos estudantes lidarem com a linguagem em seus diversos usos concretos, por intermédio de jornais ou revistas, com o propósito de identificar o gênero textual, sua função, composição, estilo e nível lingüístico. Enfim, cumpre lembrar que o trabalho com gêneros é uma maneira de dar conta do ensino de língua - tanto materna como estrangeira - nas escolas, de acordo com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de tal forma que os estudantes possam realizar usos autênticos da língua na sociedade e não apenas no universo escolar.

1.8 Gêneros discursivos nas escolas

Embora não seja ponto nodal em nosso trabalho, não poderíamos deixar de colocar nossas reflexões sobre a leitura de texto de DC em sala de aula, pois, conforme a proposta dos PCNs, é pertinente e aconselhável trabalhar com os mais diferentes gêneros textuais.

Dessa forma, iniciaremos esse item com uma pergunta: como associar a divulgação do conhecimento científico aos estudos do currículo escolar a fim de tornar os estudantes leitores mais críticos e cidadãos mais conscientes?

Uma concepção esclarecedora a respeito dos vários tipos de gêneros é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a área das ciências – sociais ou exatas, pois *“conhecer a natureza do enunciado e as particularidades dos gêneros discursivos*

fortalece o vínculo entre linguagem e os saberes” (Bakhtin, 1997, p. 282). Dentro dessa perspectiva, destaca-se a necessidade do ensino dos gêneros aos estudantes, especialmente da área de línguas, já que é das diferentes tipologias que são extraídos os fatos lingüísticos concretos.

Assim, o contato com os mais variados gêneros – da vida cotidiana ou institucional – como receitas, documentos oficiais, textos de DC, desde uma simples carta à complexidade de um artigo científico, exercita a habilidade cognitiva e aprofunda a capacidade de compreensão e produção textual dos aprendizes, tornando-os mais aptos para transitar entre os diferentes setores sociais e exercer com maior facilidade a cidadania. Nesse sentido, Schneuwly, *apud* Koch (2002, p. 55) entende o domínio do gênero como:

o próprio domínio da situação comunicativa, domínio este que se pode dar através do ensino das capacidades de linguagem, isto é, pelo ensino das aptidões exigidas para a produção de um gênero determinado. O ensino de gênero seria, pois, uma forma concreta de dar poder de atuação aos educadores e, por decorrência, aos seus educandos.

Além disso, Koch (op.cit.) destaca que, para entendermos a configuração dos gêneros textuais, faz-se necessário analisá-los no contexto de situação e de cultura em que se desenvolvem, já que estão relacionados às diversas situações sociais.

A abordagem dos diferentes gêneros textuais e discursivos nas escolas deve ser pensada não só como objeto de análise, mas também como uma ferramenta para o desenvolvimento da linguagem, no sentido de que o educando possa conhecer melhor o gênero, assim como compreender o lugar social e principalmente sua função social fora da escola.

Nesse sentido, entendemos que a prática discursiva, seja oral ou escrita, deve levar em conta alguns aspectos, tal como a relação entre o texto e o seu registro. Para

tanto, deve ser observada e respeitada a distância social entre os interlocutores. Em outras palavras, a relação de poder ou de hierarquia entre eles deve ser considerada. Tal aspecto determinará as escolhas lingüísticas que o locutor deve empregar ao configurar seus dizeres. Diante desse contexto, cabe ao professor de línguas proporcionar o desenvolvimento da capacidade de comunicação dos aprendizes, colocando-os em contato com os mais diversos gêneros e empregando atividades que os torne aptos a reconhecer, compreender e usar os elementos e recursos lingüísticos adequados para cada gênero textual. Eis algumas atividades que podem proporcionar uma visão mais ampla de utilização adequada da língua, seja ela:

a) língua materna:

- apresentar, observar e analisar diferentes gêneros com o objetivo de discutir a função social de cada um deles;
- observar a organização textual de cada gênero, fazendo comparações com outros;
- destacar as formas lexicais, expressões e recursos gramaticais mais empregados;
- observar o nível lingüístico (formal, informal) para cada gênero;

seja ela:

b) língua estrangeira:

- observar a organização discursiva da referida língua;
- comparar a estrutura textual dos gêneros em língua estrangeira com a estrutura textual da língua materna.

Tomando por base essas perspectivas, é fácil perceber a importância do estudo dos gêneros textuais no ensino das habilidades lingüísticas. Assim, ao delimitar os textos de DC difundidos na mídia como objeto de investigação, está-se diante de um

gênero que tem muito ainda a ser analisado. É precisamente esse fato que torna instigante a análise desta forma de **enunciação**, sobretudo porque contempla as múltiplas possibilidades que envolvem a linguagem. Ao falar em enunciação, aborda-se um campo de estudos muito amplo que deve ser definido e determinado em seus limites. Isso será feito no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

2. O TEXTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOB UMA ÓPTICA ENUNCIATIVA

Sabe-se que as atividades que envolvem a linguagem apresentam múltiplas abordagens que podem ser desde sintáticas até pragmáticas. No entanto, sem deixar de levar em conta esses aspectos, nesse capítulo será abordada a natureza enunciativa da linguagem nos textos de DC sob a perspectiva da lingüística da enunciação, buscando-se as contribuições de Benveniste, de Bakhtin e de Ducrot. Na discussão bibliográfica que se seguirá, leva-se em consideração tanto o fenômeno dialógico quanto o polifônico, ambos propostos por Bakhtin, sendo que o último, anos mais tarde, foi estudado sob outra perspectiva por Ducrot.

Para atingir tal propósito, primeiramente, faz-se necessário tecer alguns comentários a respeito dos princípios da lingüística da enunciação, teoria que abarca os conceitos de dialogismo e de polifonia. Na seqüência, serão discutidos o aspecto dialógico da linguagem e a multiplicidade das diferentes vozes que constituem o enunciado, fenômeno denominado polifonia. Ambos serão desenvolvidos sob a óptica enunciativa.

2. 1 Princípios teóricos da enunciação

A proposta deste trabalho é promover uma discussão sobre texto de DC à luz dos pressupostos teóricos da lingüística da enunciação, campo de conhecimento lingüístico bastante amplo e heterogêneo. Contudo, sabe-se que toda e qualquer abordagem dentro deste limite teórico, de acordo com Flores (2001, p. 11), “*busca evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito*”.

A linguagem é alvo de muitos debates entre especialistas da área e disciplinas afins, o que contribui para que se constituam diferentes abordagens do fenômeno. Ainda que seu conceito esteja longe de ser unânime, Récanati (1979) aponta duas grandes interpretações: antes e depois do redimensionamento da lingüística, em que as proposições que eram analisadas por condições de verdade ou falsidade de acordo com a Filosofia Analítica, passam a ser analisadas diferentemente.

Na antiga análise, concebia-se a linguagem como transparente, voltada para o que é encarregado de representar. Em contrapartida, na análise mais recente, a nova concepção de linguagem mostra que não há simetria entre pensamento, linguagem e sentido, pois existe a necessidade de levar em consideração o meio social em que ocorre o enunciado. Assim, de acordo com Récanati (op.cit., p. 9):

a visão de que são os enunciados, como acontecimentos discursivos inseridos em um contexto, acrescenta à significação das frases uma determinação semântica suplementar, sem a qual os enunciados só tem um sentido incompleto: o sentido de um enunciado não é, pois, independente do fato de sua enunciação.

Percebe-se que a teoria da enunciação, suporte teórico desse trabalho, integra a nova perspectiva de linguagem e leva em conta um locutor, sujeito falante de uma determinada língua, que assume uma posição numa dada situação e, considerando o

outro como alocutário, instiga-o a dar continuidade à ação comunicativa. A enunciação, de acordo com Bakhtin (1997), é a própria relação dialógica entre sujeitos. A língua, na enunciação, é empregada para uma certa relação com o mundo.

Já Benveniste na sua obra “Problemas de lingüística geral II” (1995b, p. 87), preconiza que a enunciação é:

a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo da enunciação*. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação.

Entenda-se *diálogo*, mencionado por Benveniste, como uma forma de interação, não se tratando somente da preocupação com a presença face a face, pois ele menciona a possibilidade do parceiro *imaginário*. No entanto, também não se trata de diálogo entre textos e/ou entre obras, em que se espera uma resposta ou atitude responsiva, conforme propõe Bakhtin (1997).

É importante destacar que as abordagens empregadas em relação à lingua(gem), por parte de Benveniste e Bakhtin não são as mesmas. Para Benveniste (op.cit, p.84), a presença do pronome pessoal ‘*eu*’ denota o indivíduo que profere a enunciação, tornando o discurso um centro de referência interna, ou seja, o ‘*eu*’ não existiria se não fosse o ‘*tu*’. Instaura-se, portanto, uma relação de intersubjetividade que se constrói na e pela enunciação, em que o sujeito, por ser uno, está centrado na figura do locutor e se reconhece através de marcas lingüísticas da sua inscrição no enunciado por um processo em que se “*apropria do aparelho formal da língua*”.

Dentro da perspectiva bakhtiniana (1997), tem-se a concepção dialógica, princípio construtivo e fundador da linguagem e condição de sentido do discurso. O

discurso nunca é um evento comunicativo individual, ao contrário, o discurso constrói-se entre, pelo menos, dois enunciados.

Assim, Bakhtin enfatiza não apenas a relação *eu/tu*, que confere a intersubjetividade. O pensador russo concebe o dialogismo interacional pelo descentramento¹² do sujeito. Nesse sentido, Barros (2003, p 02-03) destaca que, para Bakhtin, “*o sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico*”. Ainda sob esta perspectiva, Brandão (2000, p. 62) afirma que “*só se pode compreender a interação eu/tu pela descentração do sujeito, o qual perde o papel de centro da enunciação e passa a dividir o espaço com o outro*”.

Para melhor compreender essa idéia, pode-se buscar subsídios na teoria da heterogeneidade proposta por Authier-Revuz (2004)¹³. A autora defende que o descentramento do sujeito articula-se à teoria da heterogeneidade dos discursos, uma vez que em um sujeito dividido não há centro de onde emanariam os sentidos.

Sabe-se que Benveniste trata a língua como linguagem assumida por um sujeito-falante, em que o ‘*eu*’ propõe-se como sujeito, opondo-se ao ‘*tu*’, lembrando a proposta estruturalista de Saussure, em que o sistema de valores funciona por oposição uns aos outros. Por sua vez, Bakhtin dá ênfase à fala, sem, no entanto, desconsiderar a língua. Para o filósofo russo, a linguagem é uma prática social que tem na língua sua materialidade. Por esse motivo, Bakhtin (1986, p.109) considera a enunciação como um acontecimento de âmbito social.

Conforme o próprio autor:

¹² O termo *descentramento* é empregado por alguns autores, a exemplo de Authier-Revuz (2004). No entanto, pode ser encontrada também a palavra *descentração* empregada por Brandão (2000)

o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições fisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social.

Baseado nesta concepção, Bakhtin critica tanto o *objetivismo abstrato* proposto pelos formalistas, por considerar que só o sistema poderia dar conta dos fatos da língua, quanto o *subjetivismo individualista* que somente leva em conta a fala.

Cabe lembrar que na enunciação existem termos usados para articular os enunciados com sua exterioridade, possibilitando, dessa maneira, atribuir-lhes os sentidos possíveis dentro do quadro enunciativo. Assim, diferentes tipologias discursivas implicam diretamente a utilização de certas categorias específicas de signos, como por exemplo, os *embrayeurs*. A respeito desse assunto, Maingueneau (1981, p. 07) esclarece:

certas classes de elementos lingüísticos presentes no enunciado têm o papel de refletir sua enunciação, de integrar certos aspectos do contexto enunciativo. Esses elementos são parte integrante do sentido do enunciado (...). Esses são aqueles elementos que nós chamamos de *embrayeurs*.

A classe dos *embrayeurs* pode ser dividida em duas sub-classes, a saber, as pessoas e os dêíticos. Deste modo, as pessoas *eu/tu* não são simplesmente signos lingüísticos de um tipo particular de *embrayeurs*. Estes, segundo Maingueneau (op. cit, p. 08), “*permitem a conversão da língua como sistema de signos virtuais em discurso*”. Os dêíticos¹⁴, por sua vez, tem a função de inscrever os enunciados no tempo e no espaço em relação ao ponto de vista do falante.

Em um trabalho publicado mais recentemente, Maingueneau (1996, p. 33) lembra que Jakobson introduziu o termo traduzido do inglês *shifter* e acrescenta que a

¹³ Vale lembrar que 2004 é o ano da publicação da tradução brasileira e que o original é de 1982.

¹⁴ A título de exemplo, pode-se citar o advérbio *aqui*, o qual expressa um lugar de proximidade do enunciadador.

referida categoria recupera particularmente as pessoas lingüísticas *eu/tu*, os demonstrativos *esse, isso, aquilo*, etc. e os tempos verbais. Nesse sentido, o autor reforça que os *embrayeurs* são unidades lingüísticas com valor referencial que dependem do ambiente espaço/temporal de suas ocorrências. Os pronomes pessoais são considerados *embrayeurs* porque são identificados como indivíduos que, a cada ocorrência, a cada evento enunciativo podem dizer *eu*.

Assim, a utilização da língua não se limita somente à mudanças ou à articulações lingüísticas. Para cada tipo de discurso são empregadas palavras ou expressões específicas, pois, cada tipologia discursiva caracteriza-se por um funcionamento, de acordo com a estrutura lingüística e as pessoas que são parte integrante desta estrutura, conforme observou Maingueneau (1981).

Além disso, cumpre lembrar que a classe dos *embrayeurs* jamais deve ser analisada independentemente do seu emprego efetivo. Em outras palavras, esses elementos devem ser definidos no interior de cada texto para que se possam fazer as devidas e corretas referências.

Sabe-se que o discurso científico se caracteriza pelo uso específico de certos *embrayeurs* no interior de seus enunciados. No que diz respeito às pessoas, verifica-se, predominantemente, a presença da 3ª pessoa do singular, geralmente acrescido de *se* - partícula de indeterminação do sujeito - (cf. 1º capítulo) e conseqüentemente a ausência dos pronomes *eu* e *tu*. No entanto, o pronome pessoal *eu* pode ser empregado pelo locutor. Maingueneau (op. cit.) é bastante enfático quando avalia essa característica dos discursos científicos, ao ponto de afirmar que, ao empregar o *eu*, este pronome é desprovido de todo o valor individualizante. Entretanto, é necessário relativizar essa afirmação do autor, pois todo o enunciado que emana de um *eu*, por

mais que carregue em suas palavras as palavras do ‘outro’, ainda assim, identifica seu enunciador através de certos traços de subjetividade.

Ao observar as descrições e relatos dos procedimentos metodológicos e dos resultados nos textos de DC, percebe-se que, no momento da enunciação, ocorrem tentativas de “ocultação” do sujeito, substituindo-se termos que representam o agente por palavras que representam o processo ou o produto, ou seja, *um estudo...* no lugar de *o cientista*. A metonímia¹⁵ atua, nesse caso, como forma de manter uma certa impessoalidade. Portanto, essa prática, que é empregada nos textos propriamente *científicos*, verifica-se também nos de DC, conforme os extratos abaixo, retirados dos textos intitulados *Exercício físico aumenta capacidade intelectual na terceira idade* e *Ejaculações freqüentes podem reduzir risco de câncer de próstata*.

Um estudo com idosos que iniciaram um programa para melhorar as condições físicas constatou que os exercícios ajudaram no rendimento intelectual, segundo pesquisa divulgada pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos.(Folha online – 19/03/2004)

O estudo sugeriu que ejaculações freqüentes podem reduzir a concentração de “carcinógenos químicos (substâncias que provocam a formação de tumores malignos) que se acumulam facilmente no fluído prostático” e podem reduzir o desenvolvimento de pequenos cristais que foram associados ao câncer de próstata em alguns casos. (Folha online – 09/04/2004)

Outro aspecto a ser considerado é que a linguagem, além da função comunicativa, é usada para que o locutor exerça sua influência sobre o comportamento do interlocutor, e, segundo Benveniste (1995b, p.86), ela dispõe, para tais fins, de várias formas de expressão, como a interrogação, a intimação e a asserção. Nos textos de DC, a hipótese é que há o predomínio de asserções, já que o gênero mencionado visa

¹⁵ Nesta figura, o processo se desenvolve em apenas um campo sêmico (traço significativo), pois os termos que se relacionam pertencem ao mesmo campo, um substituindo o outro na expressão. Há uma contigüidade entre os termos (RIBEIRO, M.P.).

comunicar avanços ou descobertas da ciência e mostra a presença da voz autorizada nos enunciados.

Pode-se, desse modo, pensar em enunciação como a lingüística da fala sem, no entanto, manter a distinção língua/fala proposta por Saussure. Essa distinção é metodológica para distinguir o individual do social, pois não se poderia descrever a língua em termos de valores com interferências externas, ou seja, por meio do uso que o locutor faz dela. Nesta perspectiva, para Lahud (1979), os fenômenos que ocorrem no momento da enunciação são consequência da utilização da língua.

Vale lembrar que décadas antes, as noções teóricas de enunciação¹⁶, levantadas por Bakhtin, possibilitaram a esse teórico discutir o estatuto dialógico da linguagem e a natureza polifônica nos romances e, mais tarde, serviram como base a que Ducrot desenvolvesse sua teoria a respeito da polifonia, analisada sob uma perspectiva diferente daquela proposta por Bakhtin.

2. 2 A concepção dialógica nos textos de divulgação científica

Tratar da concepção dialógica proposta por Bakhtin não é uma tarefa fácil devido à amplitude e à diversidade¹⁷ de suas reflexões. No entanto, de acordo com Flores (2001), esse fato não diminui sua relevância, ao contrário, demonstra seu caráter dialógico.

Além disso, as relações que dizem respeito ao dialogismo são um objeto de investigação pertencente à translingüística. Na língua, objeto da lingüística, não existe

¹⁶ Embora o nascimento da lingüística voltada para a enunciação, especialmente marcada pela subjetividade, tenha surgido com a teoria de Émile Benveniste, Bakhtin também trata da enunciação.

¹⁷ Esses são aspectos a serem considerados, além da questão da autoria de suas obras.

relação dialógica (Authier-Revuz, 2004, p.28). Contudo, para a autora, as duas vertentes devem se complementar, jamais se excluir.

Na concepção de Bakhtin, a enunciação funciona como uma marca do processo de interação entre sujeitos, não apenas como realidade da linguagem, mas também como estrutura sócio-ideológica, uma vez que a palavra parte do locutor em direção ao destinatário e assim institui-se o princípio dialógico.

Barros (2003, p. 02), parafraseando Bakhtin, destaca que o dialogismo discursivo pode ser entendido sob dois aspectos: “*o da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário do texto e o da intertextualidade no interior do discurso*”. Assim, a partir das reflexões bakhtinianas, pode-se pensar em duas dimensões dialógicas.

Na primeira perspectiva, a palavra é um elemento dialógico que estabelece a relação entre os seres humanos e funda a experiência da intersecção ou interação. Assim, o homem encontra-se numa relação dialógica entre o *eu* e o *tu/outro*. O *eu* não existe senão em abertura para o *outro*, estabelecendo, deste modo, uma relação de alteridade, fundamental à noção de dialogismo (Pires, 2002, p. 39).

Em contrapartida, na segunda dimensão, percebe-se que “*o indivíduo não é a origem do seu dizer*”. Em outras palavras, o sentido não é originado no instante da enunciação, ele faz parte de um processo contínuo, ou seja, “*tudo vem do exterior por meio da palavra do outro*”, sendo o enunciado, para Pires (op.cit., p.39), “*um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo*”.

Nos textos de DC, o processo de interação entre o locutor - divulgador - e o(s) interlocutor(es) - os leitores - corresponde ao *eu* e ao(s) *outro(s)* respectivamente. É, de

um lado, a comunidade científica, que até algumas décadas portava-se de forma hermética, revelando, através de um divulgador, as descobertas científicas para a população em geral que, de outro lado, necessita do saber científico para entender melhor as mudanças históricas que vêm ocorrendo tanto com o ser humano quanto com o mundo (físico, químico, biológico, etc.) que o cerca.

Assim, o leitor, ao ler os textos de DC e ficar ciente das informações científicas, poderá tomar certas atitudes responsivas¹⁸ em relação a si próprio e ao mundo. Tais atitudes podem ocorrer devido ao processo de interação entre locutor(es) e interlocutor(es) proporcionado pela natureza dialógica, propriedade intrínseca da linguagem.

Dentro da concepção dialógica, Bakhtin (1997) ressalta que, assim como nos diálogos, os textos pressupõem uma *atitude responsiva ativa* do leitor, podendo ser fônica¹⁹ ou não. Isto implica que todo enunciado tem um caráter de resposta a algo dito, seja naquele momento ou anteriormente.

Além disso, existe também a possibilidade de se permanecer calado diante de certos gêneros do discurso²⁰. Entretanto, esse fato encontrará um eco no comportamento subsequente do sujeito num determinado momento. Neste sentido, os enunciados, os quais podem ser elaborados e respondidos, mesmo numa *ação retardada*, para usar a expressão bakhtiniana, podem concordar ou discordar, complementar ou contrapor-se a textos anteriores. Por esse motivo, Bakhtin (op. cit., p. 298) reitera que os textos são “*um elo na cadeia da comunicação verbal*” .

¹⁸ Termo utilizado por Bakhtin.

¹⁹ Bakhtin exemplifica com um *ato subsequente* a uma ordem dada como uma atitude responsiva ativa, sem, no entanto, ser resposta fônica.

²⁰ Bakhtin sugere que diante de alguns gêneros como o lírico, o teatral ou o musical, o receptor pode permanecer calado.

Nesta perspectiva, quando se lê um texto de divulgação científica tem-se uma ressonância, um diálogo, uma intertextualidade²¹, uma polifonia composta a partir da entrevista, da tradução, do artigo acadêmico ou do relatório feito pelo(s) responsável(is) pela pesquisa científica que se desenvolveu, ou ainda, uma ressonância com algo que o próprio leitor já tenha lido, escutado ou vivenciado. Tanto o conceito de dialogismo quanto o de polifonia são importantes e complementares para o estudo dos textos de DC.

Faz-se necessário destacar que as acepções de polifonia e dialogismo são, algumas vezes, consideradas sinônimas por alguns estudiosos, a exemplo de Beth Brait (2003, p.22), que declara ser a polifonia “*apenas um outro termo para o dialogismo*”. No entanto, para Barros (op. cit., p. 05), os fenômenos são distintos, pois a polifonia é empregada “*para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem*”, enquanto que o termo dialogismo é reservado para “*o princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso*”. No âmbito deste trabalho, o posicionamento de Barros é indispensável, pois concebe que um fenômeno é complementar ao outro.

2.3 A concepção polifônica nos textos de DC

Sabe-se que houve um grande avanço em relação aos estudos de análise da linguagem baseados na Filosofia Analítica, a qual analisava os enunciados por

²¹ A expressão é usada pela Linguística Textual, e, de acordo com Koch (1997), num primeiro momento, pode-se pensar que intertextualidade e polifonia sejam sinônimos. No entanto, para a autora, e no âmbito deste trabalho, o conceito de polifonia é mais amplo. A intertextualidade ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto produzido anteriormente e que faça parte da memória. Já na polifonia, ocorre uma conjugação de vozes em que se apresentam as perspectivas ou pontos de vista de diferentes enunciadoreis.

condições de verdade ou falsidade. Tem-se atualmente uma nova abordagem da linguagem que não leva em conta somente aqueles princípios, mas também aspectos da exterioridade (cf. 2.1), fato esse provocador de uma grande mudança na lingüística tradicional.

Diante de tal mudança, faz-se necessário destacar a idéia de Ducrot *apud* Flores (op. cit., p. 40), de que a língua é passível de uma análise lógica, diferente da perspectiva que tratava a linguagem com bases nas operações de verdadeiro ou falso, ao mesmo tempo em que buscava o estatuto ilocucional da teoria dos atos de fala como determinante de relações intersubjetivas.

Ainda, segundo Flores (op.cit., p. 40-41), embora Ducrot se apoie em bases estruturalistas, por considerar que a língua é passível de uma análise lógica, sabe-se que é de uma forma diferente daquela que a reduz às condições de verdade ou falsidade. Ducrot considera as perspectivas pragmáticas em integração com a língua. Assim, os estudos desse teórico situam-se na linha da *Semântica Pragmática* ou *Pragmática Lingüística*. Neste sentido, dentro do quadro teórico desenvolvido por Ducrot, ainda de acordo com Flores (op.cit., p. 44), muitas questões de investigação²² da linguagem tomam novas perspectivas ao serem situadas no plano polifônico.

A partir da noção de polifonia, Ducrot (1987, p.162) analisa e censura a posição de Banfield, que insiste em manter a unicidade do sujeito na enunciação - um enunciado, um sujeito - teoria que defende existir um único ser, autor do enunciado e responsável pelo que é dito no mesmo.

²² A título de exemplo, podemos citar a pressuposição, o conceito de ilocucional e a argumentatividade como algumas das temáticas desenvolvidas por Oswald Ducrot.

Segundo Ducrot (op. cit., p. 178), na tese da unicidade o sujeito apresenta as seguintes características:

- a) ser dotado de toda atividade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado (trabalho muscular). Atribui-se também a ele a atividade intelectual subjacente (formação de um julgamento, escolha das palavras e regras gramaticais);
- b) ser autor e a origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado (atos na forma de ordem, pergunta, asserção, etc.)
- c) ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa, quando elas designam um ser extra-lingüístico.

Ducrot considera como óbvio que o *ser* designado pelas marcas da primeira pessoa possa abranger ao mesmo tempo aquele que produz o enunciado e também aquele cujo enunciado expressa as ordens, perguntas, etc., mas isso acontece em enunciados simples, produzidos em contextos também simples. No entanto, quando se trata de enunciados mais complexos em que haja uma retomada na conversação, por exemplo, a tese da unicidade do sujeito começa a tornar-se questionável. Assim, o teórico passa a defender a existência de perspectivas de diferentes sujeitos na constituição do enunciado, fenômeno que dá origem à teoria polifônica.

A partir de tal concepção, Ducrot tem por objetivo construir um quadro geral para o fenômeno polifônico e, para atingir tal propósito, o autor diferencia locutor de enunciador, recorrendo e reelaborando a noção de polifonia mencionada por Bakhtin, segundo a qual todos os falares estão atravessados pela voz do outro.

A noção de sujeito-autor do ato enunciativo não interessa a Ducrot. O próprio teórico afirma não querer tomar partido em relação ao autor do enunciado. Dentro desta perspectiva, (op.cit., p.181) declara:

quando defini a noção de enunciação tal como a utilizo enquanto lingüista que descreve a linguagem, recusei-me explicitamente de aí introduzir a idéia de produtor da fala: minha opção é neutra em relação a tal idéia.

Na concepção de Flores (op.cit., p. 43), o sujeito, para Ducrot, não é um mero “*produtor da fala, mas de representações no sentido do enunciado*”. Sendo assim, o objetivo de Ducrot é sustentar a tese de que é possível verificar diferentes representações do sujeito da enunciação construindo o sentido do enunciado. Desse modo, a enunciação pode ser atribuída a um ou mais sujeitos que, para Ducrot, podem ser distinguidos em, pelo menos, dois tipos de personagens: o locutor e o(s) enunciator(es) que, juntos, formam um mosaico de vozes constituindo o plano polifônico, uma vez que o locutor organiza a perspectiva dos enunciatadores de tal forma que o enunciado ou o texto se torne coerente.

Tanto Bakhtin quanto Ducrot discutem a questão da polifonia em suas teorias, abordada, no entanto, de maneiras diferentes. O jogo polifônico, para Bakhtin, é abordado dentro do universo enunciativo do texto de cunho literário, mais precisamente no romance. Barbisan & Teixeira (2002, p.162) defendem:

Ducrot opera o conceito num nível lingüístico, indicando, através dele, a possibilidade de um desdobramento enunciativo dentro do próprio enunciado, à maneira de uma encenação teatral em que atuam diferentes personagens.

Entretanto, não se pode ignorar que Bakhtin trata do discurso de *outrem* nos estudos sobre o discurso direto, indireto e indireto livre, contemplando, desta forma, a teoria polifônica da enunciação associada também à linguagem ordinária, concomitantemente ao seu estudo relativo ao aspecto polifônico no gênero romance.

Dessa forma, a concepção de linguagem tanto para Bakhtin quanto Ducrot é a de que não há enunciado homogêneo, ao contrário, todo enunciado é heterogêneo, já que diversas vozes entrelaçam-se e habitam o mesmo discurso. Além disso, o sentido é sempre produto da multiplicidade, da alteridade, do dialogismo e da polifonia, pois os interlocutores dos enunciados constroem juntos os sentidos dos textos. Araújo (2002, p.142-144), ao mencionar os conceitos levantados por Bakhtin, comenta que o ser humano define-se em função da alteridade. Dito de outro modo, o “*outro*” é imprescindível para a concepção de sujeito.

A noção de heterogeneidade revela que um texto é a reelaboração ou reescrita de outros dizeres, os quais lhe dão origem ou lhe predeterminam, configurando, desse modo, a ressonância, o dialogismo, em síntese, a polifonia. Tal fenômeno pode ser para retomar determinado texto, concordando ou opondo-se ao mesmo. Para ilustrar, destacam-se os textos de DC, que são originados, conforme já foi dito, a partir da entrevista com o especialista, da tradução de uma determinada língua estrangeira, do artigo científico ou do relatório de pesquisa. Neste caso específico, percebe-se que há uma retomada sempre no sentido de concordância com seu texto de origem. Entretanto, pode haver uma oposição em relação ao resultado de outra(s) pesquisa(s).

Volta-se ao binômio locutor / enunciador para definir seus conceitos, estabelecendo a diferença entre ambos, bem como à função de cada um deles em relação ao enunciado. De acordo com Ducrot (op.cit, p.193-195), o locutor é o “*responsável pelos enunciados*” trazendo, através destes, a perspectiva de enunciadore de quem ele organiza os pontos de vistas e as atitudes. O locutor é um “*ser do discurso*” que se constitui no nível do dizer. Por outro lado, para Flores (op.cit, p. 44), o enunciadore:

é uma perspectiva expressa através da enunciação, ele não “fala” e sim tem seu ponto de vista colocado, sem entretanto, ter atribuída precisão às palavras (...) o enunciador existe em função da imagem que o locutor oferece dessas vozes. Assim, a identificação dos enunciadores somente é possível através do locutor, que pode ou não concordar com os enunciadores.

Assim, locutor é aquele que promove a multiplicidade de perspectivas ou pontos de vistas de vozes de outras pessoas e/ou do senso comum da sociedade. Estas diferentes vozes trazidas e organizadas no enunciado pelo locutor é que evidenciam a existência dos enunciadores.

Ao lermos os textos de DC, percebemos que são constituídos por várias vozes, estratégia enunciativa que tem por finalidade obter credibilidade por meio da palavra autorizada na constituição do gênero em discussão. Tal credibilidade é obtida através da organização por parte do locutor - divulgador ou mediador - das perspectivas das vozes dos diferentes enunciadores, que podem ser os cientistas com seus relatos da pesquisa. A credibilidade pode também ser o resultado de outra pesquisa realizada anteriormente, assim como as verdades universais presentes no senso comum.

Na teoria de Ducrot (op.cit), procurando dar conta do que é feito através da fala, segundo o enunciado, o autor estabelece e mantém uma distinção rigorosa entre *enunciado* e *frase*²³, considerando esta última como sendo um objeto teórico não pertencente ao domínio do observável e uma construção do lingüista. Além disso, considera-a pertencente à gramática.

Já o enunciado, ainda para Ducrot (op.cit., p.164), “*é observável e considerado como a manifestação particular, como a ocorrência hic et nunc de uma frase*”. Considera-se essa distinção muito relevante para a teoria polifônica, uma vez que se concebe o enunciado como objeto de análise da enunciação. Conforme o

próprio Ducrot (op.cit., p.168) declara: “*a enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado*”.

Juntamente com a conceituação de frase e de enunciado, o teórico introduz a diferença entre a *significação* e o *sentido*, sendo que, o primeiro termo está diretamente associado à frase, enquanto que, o segundo termo diz respeito ao enunciado. Assim, o sentido dos enunciados é constituído a partir da enunciação. Por esse motivo, “*o enunciado é uma qualificação da enunciação*”.

Tomando por base os conceitos de frase e de enunciado, Ducrot (op.cit., p. 168) reflete ainda sobre a *enunciação*, fenômeno que pode ser designado por três diferentes acepções, a saber:

- a) atividade psico-fisiológica implicada pela produção do enunciado;
- b) produto da atividade do sujeito falante, quer dizer, um segmento de discurso (ou em outros termos, o que Ducrot chama ‘enunciado’);
- c) acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá mais depois.

Mesmo considerando as três acepções, é a terceira que o teórico adota como conceito de enunciação, por tratar-se de um ato único que não pode ocorrer novamente. Se for pronunciado outra vez, será uma nova enunciação. Além disso, não encerra em si a noção de sujeito falante, como nas duas primeiras acepções, pois esse fato não é relevante para o teórico.

²³ Adam (1990) também faz distinção entre enunciado e frase, no capítulo *O que é um texto?*, na obra **Eléments de linguistique textuelle**.

Ao desenvolver sua teoria polifônica, Ducrot apresenta novos aspectos que merecem destaque, devido ao fato de terem evoluído no decorrer do seu percurso. Entre eles, estão as diferentes posições que o locutor pode ocupar em relação aos enunciadores. Assim, nas conferências de Cali (1988, p. 66-67), o autor mostra três posições possíveis:

- a) o locutor pode identificar-se com um dos enunciadores, como é o caso da asserção;
- b) o locutor dá aprovação a um enunciador, como no caso da pressuposição;
- c) o locutor opõe-se ao enunciador.

Estas diversas posições confirmam que o enunciado apresenta diferentes pontos de vista e que o locutor, além de organizar, toma atitudes no sentido de complementar, opor, adicionar, discordar, concordar plenamente ou parcialmente em relação a esses pontos de vista expressos pelos diferentes enunciadores, aspectos que caracterizam a teoria polifônica da enunciação.

Um exemplo de asserção, em que o locutor está de acordo com um dos enunciadores, é quando o primeiro apresenta o ponto de vista do segundo, colocando antes ou depois dos enunciados as expressões *segundo o/a/um/uma...., de acordo com...*, ou ainda, empregando os verbos *indica..., declarou..., anunciou..., revelou...* como pode ser observado, nos fragmentos de textos de DC, abaixo:

*Atividade sexual não causa câncer de próstata, e homens que ejaculam freqüentemente podem até estar se protegendo contra a doença, **segundo um** estudo conduzido por cientistas americanos. (Folha online - 07/04/2004)*

***De acordo com** artigo publicado ontem na revista científica “New Scientific”, os filhos das mulheres que consumiam chocolate na gravidez sob situação de estresse geralmente apresentavam menos medo perante situações novas. (Folha online - 07/04/2004)*

*A acrilamina, uma substância considerada cancerígena, foi detectada em diversos alimentos comercializados nos Estados Unidos, **anunciou** na quinta feira(25) a FDA (Food and Drug Administration), órgão*

responsável pelo controle de alimentos e medicamentos no país. (Folha online - 26/03/2004)

*Crianças que começam a ver televisão muito cedo têm uma propensão maior ao déficit de atenção na idade escolar, **indica** um novo estudo. (Folha online – 05/04/2004)*

Em relação à pressuposição, exemplo de polifonia não marcada lingüisticamente, pode-se perceber que os textos de DC possibilitam a interpretação de pressupostos subjacentes à linguagem, que remetem ou se referem ao conhecimento prévio ou universal, em que parte do sentido ocorre por conta do leitor.

Analisemos um caso:

Mulheres que trocam de parceiro entre os dois primeiros filhos correm um risco duas vezes maior de ter um bebê prematuro. (Folha online – 14/11/2003)

Nesse fragmento retirado do texto de DC intitulado *Troca de parceiros aumenta risco de nascimento de prematuros*, cujo tema são as conseqüências para a gravidez em mulheres que trocam de parceiros com freqüência, percebe-se que, para além da descrição metodológica e da conclusão da pesquisa realizada, existem pressupostos em relação à instituição do casamento, da relação conjugal ou da liberdade sexual feminina, os quais não são explicitamente mencionados na linearidade do texto, mas colocados de uma forma implícita. Isso pode ser percebido no título e no início do primeiro parágrafo, em que existe o implícito de que ocorrem relações sexuais com diferentes parceiros sem a obrigatoriedade dos laços matrimoniais. Nos enunciados que constituem o texto, assim como no título, pode-se implicitar que há mulheres que não trocam de parceiros, uma prática que é ainda mais usual, segundo o padrão ético de nossa sociedade.

Conforme o exposto acima, a polifonia pode apresentar-se de forma não explícita, no caso de não haver marcas formais que mostrem o discurso do outro, a

exemplo da pressuposição, ou ainda de forma explícita através das diferentes marcas lingüísticas (cf. capítulo 3).

Outra maneira explícita de o fenômeno polifônico apresentar-se é na utilização da ironia, em que se diz um referido enunciado para se levar a entender justamente o contrário. Além disso, o emprego da negação também apresenta-se como uma forma de polifonia. Segundo Brandão (2000, p.165), a negação permite que:

em um mesmo enunciado, coexistam pontos de vista antagônicos de dois locutores distintos²⁴: há um enunciado positivo atribuído a um primeiro locutor por um lado e, por outro, um enunciado negativo, ao qual um segundo locutor se opõe.

No entanto, nos textos de DC, não serão analisadas essas duas últimas categorias: ironia e negação, por julgarmos que essas formas de polifonia não são comuns nos referidos textos, indo, portanto, além dos limites deste trabalho.

Para completar nossas reflexões acerca da enunciação, cumpre ressaltar que o cruzamento de saberes das múltiplas vozes na relação entre locutor e a perspectiva dos enunciadores pode colocar em questão a objetividade do discurso da ciência, uma vez que existe a idéia consagrada da neutralidade nos textos de cunho acadêmico-científico como critério de cientificidade.

No entanto, no dizer de Finatto (2002, p. 88), “*o texto especializado como qualquer outro texto, caracteriza-se pela apropriação da linguagem por um segmento de falantes-sujeitos*”, isto é, há subjetividade envolvida mesmo nos textos de natureza científica como em qualquer outro texto, apesar do ideal de impessoalidade.

Mas, além disso, em um gênero originado a partir de um outro texto produzido com o uso de linguagem científica, percebe-se que ele difere em alguns

aspectos do texto-fonte, uma vez que seu objetivo é atingir um maior número de leitores possível. Logo, é compreensível que o locutor-divulgador faça uso de certos elementos lexicais estratégicos - elementos didatizantes (cf capítulo 1) - no intuito de aproximar-se dos leitores, demonstrando, com isso, um grau maior de subjetividade do que o texto de origem.

Contudo, a subjetividade mencionada por Finatto (op.cit., p.89), mesmo nos textos especializados, não pode ser entendida como “*falta de objetividade*” ou “*falta de rigor científico*”, mas “*corresponde à existência de um sujeito que se manifesta e se constitui como tal na e pela sua enunciação*”.

²⁴ A autora considera que, no discurso polifônico, existem diferentes locutores, enquanto que na perspectiva deste trabalho, considera-se que um locutor organiza a perspectiva de diferentes enunciadores.

CAPÍTULO 3

3. DIFERENTES FORMAS DE POLIFONIA NOS TEXTOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Esse tema, por ser bastante abrangente, pode ser discutido sob diferentes aspectos e à luz de diferentes teóricos, já que a representação da voz do outro pode ocorrer por meio de discurso direto e do indireto, aspas, parênteses, marcadores discursivos, entre outros. Nesse sentido, esse terceiro e último capítulo tem por objetivo abordar alguns dos principais recursos de inserção polifônica nos textos do *corpus*, fato que está ancorado nas discussões teóricas dos capítulos anteriores. Assim, além da perspectiva teórica, proceder-se-á a algumas análises de fragmentos de textos de DC.

3.1 O discurso do outro

3.1.1 Segundo Bakhtin

Em se tratando do discurso de *outrem*, ao analisar as tendências possíveis da inter-relação entre discurso citado e discurso narrativo, Bakhtin (1986, p. 148) defende que ambos “*unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas.*” Além disso, é impossível a compreensão de qualquer discurso se não levarmos em consideração as relações acima mencionadas. Desse modo, o teórico afirma que os discursos:

só têm uma existência real, só se formam e vivem através dessa inter-relação, e não de maneira isolada. O discurso citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-relação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal.

Para o autor, essa tendência de inter-relação entre o discurso narrativo e discurso citado pode seguir duas orientações:

- a) a primeira orientação visa à conservação da integridade e autenticidade do discurso citado. Há um esforço em delimitar o discurso citado com fronteiras nítidas e estáveis, protegendo-o de simplificações ou de infiltrações através de entoações do autor. Essa orientação é denominada por Bakhtin, *estilo linear* de citação de discurso de *outrem* (Bakhtin, op.cit., p.148-150).
- b) a segunda orientação apresenta processos de natureza exatamente oposta. O contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura do discurso citado e por absorvê-lo, apagando suas fronteiras. Esse estilo de transmissão do discurso do outro, que Bakhtin denomina *estilo pictórico*, tem, portanto, a tendência de omitir as marcas do outro. No interior dessa orientação, há ainda duas variantes: 1) o narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com suas entoações, seu humor, enfim, sua criatividade; 2) o domínio do discurso é deslocado para o discurso citado, tornando-o mais forte e mais ativo do que o próprio discurso narrativo que o engloba (Bakhtin, op.cit., p.150 -151).

O discurso do texto de DC joga com as duas orientações concomitantemente, uma vez que, na maioria dos enunciados, como na introdução, por exemplo, o locutor coloca marcas lingüísticas para mostrar a voz dos cientistas através das expressões: *segundo...*, *de acordo com...*, *conforme...* ou de verbos como *indicar...*, *apontar*, *afirmar*, *revelar...*, etc., (cf. exemplos do segundo capítulo).

Por outro lado, ocorre também a segunda orientação, em que o locutor omite as marcas do outro, dando o seu próprio “tom”, como se as palavras fossem suas. Embora, o locutor (divulgador) não sinalize a voz do outro, a presença dela é evidente, pois se trata de uma síntese geral da pesquisa, como se percebe no extrato abaixo:

Uma droga experimental aumenta dramaticamente os níveis do bom colesterol (HDL), uma descoberta que pode ser benéfica para os tratamentos de doenças cardíacas. (Folha online – 09/04/2004)

Nesse enunciado, a palavra *dramaticamente* demonstra um certo tom que determina mais ênfase, normalmente evitada nos textos propriamente científicos. Na segunda oração, o divulgador agrega um comentário modalizador - *pode ser benéfica* - que parece ser seu com o propósito de mostrar ao leitor a importância da descoberta científica. Assim, percebe-se que os dizeres do outro não estão sinalizados, ou seja, não são apresentados por meio de marcas lingüísticas. No entanto, as palavras alheias são evidentes, pois se trata de uma síntese da pesquisa revelada no texto-fonte que, ao ser reformulado em texto de DC, apresenta-se de tal forma que parece o discurso do próprio divulgador e que, sem o querer, indicou sua própria voz ao utilizar efeitos modalizadores.

3.1.2 Segundo Authier-Revuz

A partir das contribuições de Bakhtin e da psicanálise lacaniana, Authier-Revuz tem seu trabalho consagrado ao que diz respeito às diversas formas de *heterogeneidade mostrada*, entendidas como manifestações de diversos tipos de negociação do locutor com o que ela designa de *heterogeneidade constitutiva*. Nesse sentido, pode-se dizer que é no fio do discurso que o locutor elabora seus enunciados e neles inscrevem-se os dizeres do *outro*.

A concepção de heterogeneidade nos discursos levou Authier-Revuz (1990, p.26) a elaborar o conceito de *heterogeneidade discursiva*, que compreende a articulação de dois planos e que distingue dois modos de presença de vozes no enunciado ou no texto. Por “*heterogeneidade mostrada entende-se as formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante*”, que pode ser percebida na superfície textual através de marcas lexicais, travessões, parênteses, aspas, itálico, entonação (no caso da oralidade), discurso direto e indireto. Já a “*heterogeneidade constitutiva do discurso trabalha com a dissolução dos dizeres do outro no seu discurso*”. Esta modalidade não é marcada na superfície do texto, mas definida pela intertextualidade, isto é, na relação que um texto mantém com outros textos. Dentro desta perspectiva, Authier -Revuz (op.cit., p. 34-35) reforça:

no campo da enunciação estão em jogo de maneira solidária esses dois planos distintos – mas não disjuntos – condições reais de existência de um discurso e da representação que dele se dá.

Em outro artigo, a mesma autora (2004, p. 71-72)²⁵ declara:

a heterogeneidade mostrada não é um espelho, no discurso, da heterogeneidade constitutiva do discurso, ela também não é ‘independente’: ela corresponde a uma forma de *negociação* - necessária - do sujeito-falante com essa heterogeneidade constitutiva.

Assim, todo texto é heterogêneo ou, em outras palavras, todo texto é composto por várias vozes que dialogam, seja no sentido de concordar, complementar ou opor-se a outros. Nesse sentido, na pluralidade enunciativa, um locutor - responsável pela enunciação - pode trazer outras vozes mostradas através de marcas ou não, que se apresentam articuladas com o intuito de produzir um efeito de verdade.

²⁵ Vale lembrar que a publicação do original do referido artigo é de 1982.

Nos textos de DC, a voz da verdade é a de um cientista ou de um grupo deles, que se apresenta para o público-leitor através de um divulgador que difunde a voz de um ou mais enunciadores autorizados a desenvolver o conhecimento científico.

Existem diversas formas, umas simples outras complexas de heterogeneidade (cf. mencionado anteriormente) demonstradas por Authier-Revuz (2004, p. 13) de “*fórmulas de comentário - glosa, retoque, ajustamento*”, as quais recebem “*um estatuto outro*” em relação às outras partes do discurso. Essas marcas, de acordo com a autora (op. cit, p. 14), constituem:

uma espécie de *metadiscurso ingênuo*, comum, que especifica e explica o estatuto outro do elemento referido. Com efeito, elas inserem-se no fio do discurso como marcas de uma atividade de *controle-regulagem do processo de comunicação*.

Esse controle, por parte do locutor, apresenta-se como uma estratégia de construção textual utilizada para delimitar e circunscrever o outro, pois, ao empregar as marcas de heterogeneidade em seu discurso, o locutor tem a impressão de estar regulando as palavras que não são suas e, em decorrência, tem a ilusão de que os demais dizeres emanam dele próprio, como se os sentidos se originassem naquele momento. Além disso, o locutor, como escreve Authier-Revuz (op. cit, p.73), pensa que possui o domínio de separar o “*um*” do “*outro*”: “*seu discurso do discurso dos outros*”. Assim, as marcas lingüísticas, bem como a omissão delas revelam os dizeres do outro. Por essas razões, é que não se pode ignorar que a fala seja inevitavelmente heterogênea.

Ao longo da reescritura do texto de DC, ao ser necessário empregar uma variedade de língua - a técnica, por exemplo - comumente empregada na área científica, o divulgador explicita o termo científico, utilizando palavras do cotidiano,

com o propósito de esclarecer e facilitar a compreensão para o interlocutor. Esse esclarecimento, que pode ser feito por meio de um *isto é*, pelo uso de itálico ou parênteses, entre outros recursos, é empregado imediatamente após o termo técnico, efetivando-se o que Authier-Revuz (op. cit) denomina de “*contato*” no discurso. Essa adequação realiza-se em função da situação - divulgar da forma mais acessível possível - e dos interlocutores - leitores leigos nas práticas científicas - conforme pode-se observar no exemplo:

De acordo com os cientista, o tecido do prepúcio (pele que recobre a cabeça do pênis) pode ser altamente suscetível à infecção pelo vírus HIV. (BBC online – 26/03/2004)

Para Authier-Revuz (2004, p. 74-75), somente dois tipos de discursos podem não apresentar marcas de heterogeneidade mostrada: o discurso científico e o poético²⁶. Ainda, conforme a autora, o discurso que tende a se representar como discurso da verdade oculta qualquer traço mostrado do outro. Dessa forma, a ausência da voz do outro no discurso é interpretada como uma recusa da realidade, já que camufla, apaga, “*dissimula no discurso qualquer manifestação explícita em relação à sua real heterogeneidade*”.

Essa é a tendência do discurso de cunho puramente científico que, segundo a autora, deve-se a dois tipos de recusa: a) a um aspecto monológico que escapa aos sujeitos e à língua materna; b) a um aspecto ideológico de representação que tende a encobrir qualquer manifestação das determinações heterogêneas que pesam sobre sua lógica interna²⁷.

²⁶ Somente o discurso científico tem relevância para este trabalho.

²⁷ É importante destacar que a autora se refere aos textos predominantemente técnicos de fundamentação estatística e de teor descritivo da experiência realizada. Um texto de História ou de Linguística tem sua cientificidade articulada com técnicas de narrativa e de redação que invalidam a monologia dos textos científicos.

Ao contrário do discurso propriamente científico, o discurso do texto de DC, por ser voltado para a sociedade em geral, apesar da necessidade de manter algum termo do jargão científico, apresenta-se como um texto menos formal, abrindo espaço para a voz do outro de tal forma que se constitui um texto essencialmente dialógico e polifônico, marcado por meio dos *parênteses* e das *aspas*, como se percebe no fragmento a seguir:

*A soja contém **estrogênio** (hormônio feminino) e os cientistas acreditam que...*

“O que muitos homens não percebem é que a soja não é consumida só por vegetarianos, é um produto que existe na maioria dos alimentos consumidos no dia-a-dia”, acrescentou a cientista Lorraine Anderson. (BBC online - 26/02/2004)

Pode-se perceber que o discurso acima é configurado por outros discursos que veicularam a temática abordada no passado, nos quais foi mencionado o fato de que os alimentos que contêm soja apresentam benefícios para a saúde. Essa ressonância entre os textos - dois ou vários - confirma a natureza dialógica da linguagem e o caráter polifônico da maioria dos textos. Por esse motivo, diz-se que o discurso é constituído pelo “discurso do outro” e, no extrato acima, a voz é a de um ou mais cientistas. Diante dessa concepção, Authier-Revuz (op.cit, p.69) define:

o outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse assunto.

É através de determinadas palavras que se percebe a voz do outro, já que elas revelam características do domínio discursivo a que pertencem. Desse modo, para Authier-Revuz (op. cit, p.36), as palavras:

são ‘carregadas’, ‘ocupadas’, ‘habitadas’, ‘atravessadas’ por discursos, é o que Bakhtin designa por ‘*saturação da linguagem* [...] socialmente significante [...] por intenções e acentos determinados’.²⁸

²⁸ Aspas, itálico e colchetes foram usados pela autora.

Podemos ir além e trazer para a discussão da heterogeneidade a própria constituição e difusão do saber, tal como lembra Pierre Lévy (1996, p. 71) ao afirmar que quando se lê uma palavra, “*é ativada na mente uma rede de palavras, conceitos, modelos, imagens, sons, sensações e lembranças que estão situadas numa rede associativa que constitui nosso universo mental*”. Prova de que elas estão habitadas e atravessadas por dizeres anteriores. Tal universo apresenta-se em “*metamorfose por causa das novas informações que chegam e são agregadas à rede anterior*”. Além disso, sabe-se que diferentes pessoas atribuem sentidos diversos aos mesmos enunciados, pois o que conta é a rede de associações que o leitor utiliza para interpretá-los, levando em conta o conhecimento armazenado ou prévio assim como o novo conhecimento apresentado, conforme mencionado por Beaugrande & Dresser (1981) no capítulo sobre a Coerência.

Assim, toda palavra pertence a uma rede associativa, ou seja, cada palavra pertence a um enunciado ou a um determinado campo semântico, remetendo inevitavelmente a outros contextos em que figurou anteriormente.

Desse modo, ao analisar os enunciados existentes nos textos de DC, compreende-se que os efeitos daquela mensagem podem modificar, complexificar ou ratificar os saberes de cada leitor bem como criar novas associações numa rede contextual anteriormente adquirida, de tal forma que uma leitura crítica do texto de DC pressuponha a conscientização do leitor de que o conhecimento científico daquele discurso possa alterar o seu comportamento ou a sua visão de mundo.

No entanto, uma mesma palavra pode figurar em diferentes estruturas semânticas com diferentes significados. Nesse sentido, em relação ao significado das

palavras, Wittgenstein, em sua *Investigações Filosóficas* (1953), já dizia que não devemos perguntar pelo sentido das palavras, mas por suas condições de uso.

Nessa perspectiva, concordamos com o filósofo e com Authier-Revuz (2004, p. 68) quando ela diz que “nenhuma palavra vem neutra do ‘dicionário’”, elas são todas “impregnadas” pelos discursos que habitaram antes. A autora afirma ainda que os enunciados constituem-se pelas relações dialógicas, através de “acordos, recusas, conflitos, compromissos” com outros enunciados. Por esse motivo, pode-se dizer que o sentido de um determinado texto não está pronto, já que ele se constitui nas situações dialógicas e, evidentemente, o sentido atribuído ao texto pelo interlocutor depende não só de conhecimento lingüístico, mas também de conhecimento enciclopédico, o que pode levar a uma “*leitura plural*”, para usar a expressão de Authier-Revuz (op. cit, p.36).

Pode-se pensar na relação locutor-interlocutor como uma relação dialética, ou de “mão dupla”, em que o primeiro tem uma imagem não só do seu lugar mas também do receptor, fazendo uma antecipação de como o seu interlocutor compreenderá a mensagem em decorrência do próprio discurso interior. Por outro lado, a compreensão do interlocutor é concebida não como uma recepção passiva, apenas “decodificadora”, mas como um processo ativo que tenta imaginar o que o locutor quis dizer, tal como concebe Bakhtin (1997), em sua “*compreensão responsiva ativa*”. Reforçando essa idéia, acolhemos as palavras de Authier-Revuz (op. cit, p. 42), para quem todo discurso é:

compreendido nos termos do diálogo *interno* que se instaura entre esse discurso e aquele próprio ao receptor; o interlocutor compreende o discurso através de seu próprio discurso.

Nos textos de DC têm-se a intenção de expor uma “certeza científica” que toma como pressuposto um conjunto de saberes já difundidos na sociedade onde se

encontra o público leitor. Logo, o cientista acrescenta algo sobre o já dito e o já conhecido. Mas é o divulgador o veículo da dialética, pois é dele a responsabilidade de antecipar-se aos equívocos ou dúvidas que podem ocorrer ao leitor que efetivamente não compartilha das premissas imaginadas pela comunidade científica.

3.1.2.1 Emprego do discurso direto e indireto

O outro faz-se sempre presente em todo discurso. No entanto, sua presença pode ser configurada de diferentes maneiras, podendo ser claramente percebida nos discursos direto e indireto. Nessa última modalidade, o locutor remete ao outro como fonte do sentido. Além disso, ao abrir espaço para as palavras do outro (cf. 3.1.1 e 3.1.2), seu próprio discurso passa a caracterizar-se pela alteridade, fundamental ao fenômeno do dialogismo. No discurso direto, são as palavras do outro que ocupam o tempo e o espaço. O locutor, por sua vez, funciona como um porta-voz.

Sabe-se que existem maneiras implícitas e explícitas de a polifonia se estabelecer. Entre as formas explícitas tem-se o emprego de um verbo *dicendi* ou de relato acompanhado da conjunção integrante *que* após o sujeito, indicando o discurso indireto. Esse recurso é bastante empregado nos textos de DC, como nos exemplos abaixo:

*Ele **sugere que** pode haver muitas razões para o maior risco de nascimento de prematuros. (Folha online - 14/11/2003)*

*Leitzmann **diz que** agora as evidências são ainda mais fortes, porque seu estudo acompanhou os homens ao longo do tempo. (Folha online - 07/04/2004)*

3.1.2.2 Emprego de aspas

Conforme a gramática tradicional, as aspas são classificadas como um sinal de pontuação empregado no início e no final de uma citação. Além disso, elas servem também para realçar termos ou expressões como gírias e estrangeirismos. Entretanto, sabe-se que existem outros usos para as aspas, conforme discutido por Authier-Revuz (1998b, p. 01), uma vez que se apresenta como um sinal da escrita sem correspondente na oralidade no intuito de *“chamar uma especial atenção sobre a passagem em questão”*. É um sinal que pertence ao que Rey-Debove (*apud* Authier-Revuz, op. cit, p. 02) chama de *“metalinguagem natural”*, que compreende *“o conjunto de sinais da língua pelo qual pode ocorrer um exame reflexivo sobre ela própria”*.

Nesse sentido, pode-se dizer que as aspas são um sinal pleno, autônomo, não apenas um sinal de acompanhamento ou de repetição colocado à margem do código. Para a autora (op.cit., p. 05), as aspas são um *“sinal que marca uma modalização autonímica, correspondendo, com um deslocamento para a perspectiva enunciativa, a uma estrutura semiótica completa”*. Reforçando essa idéia, a mesma autora, em outro artigo, destaca que *“as palavras aspeadas são palavras assinaladas como ‘deslocadas’, fora de seu lugar, pertencendo e adequando-se a um outro discurso”* (Authier-Revuz, 2004, p. 221). Pode-se dizer que as aspas pertenceriam à linguagem dos sinais, que deslizam para a linguagem verbal, dando um novo “colorido” aos eventos enunciativos.

Segundo Authier-Revuz (op. cit, p.11), existem dois aspectos interpretativos que correspondem aos dois valores mais correntes atribuídos às aspas, por estarem relacionados à *“idéia de uma recusa em assumir a palavra do outro ou de uma palavra inapropriada”*. Desse modo, confirma-se a concepção de que o uso de aspas

nas palavras é uma forma de mantê-las à distância, demonstrando o caráter não-apropriado delas, justamente por estarem “emprestadas”, por corresponderem a outros discursos.

Nos textos de DC, verifica-se freqüentemente o emprego das aspas em duas situações bem distintas, em que um dos sentidos se aproxima do destacado por Authier-Revuz, a qual menciona a recusa em assumir os dizeres do outro. No *corpus*, o emprego das aspas é para demonstrar um já-dito. O sinal destaca que aqueles dizeres são palavras de *outrem*, o cientista ou grupo deles, fato que mostra com bastante clareza a natureza polifônica nos textos em discussão. Veja-se o fragmento:

“Fiquei surpresa ao descobrir o aumento. Por outro lado, deveríamos saber, já que temos visto um grande aumento de câncer de mama nas mulheres”, disse Giordano. (Folha online – 19/07/2004)

Nos exemplos analisados, percebe-se que toda vez que o divulgador emprega as aspas nos dizeres do(s) pesquisador(es), ao término da citação aparecem verbos *dicendi* como: dizer, acrescentar, relatar, concluir, observar, revelar, afirmar, explicar²⁹, o que revela, juntamente com as aspas, a voz do outro, demonstrando assim o fenômeno polifônico nos textos de DC.

Outro uso recorrente da utilização das aspas é nos nomes dos periódicos ou revistas estrangeiras, onde está sendo publicado o artigo científico que deu origem ao texto de DC. Esse caso distancia-se do segundo valor mais recorrente que Authier-Revuz (op. cit.) coloca para o uso das aspas, ou seja, em palavras inapropriadas. Acredita-se que o emprego do sinal ocorre com outro sentido, não só o de marcar

²⁹ É importante destacar que esses verbos, nos exemplos com aspas, são empregados sem o uso da conjunção integrante **que**, diferenciando-se, assim, do discurso indireto e assemelhando-se mais ao uso do discurso direto, pois, se tomarmos o exemplo do nosso texto, podemos transformá-lo em: *Giordano disse: - Fiquei surpresa ao descobrir o aumento. Por outro lado, (...) Desse modo, podemos concluir que, no texto de DC, em vez da utilização do travessão, característico do discurso direto, empregam-se as aspas para indicar a voz do outro.*

palavra estrangeira, conforme a gramática tradicional destaca. Nesse caso, esse sinal está sendo usado para destacar o veículo de transmissão da pesquisa.

Conforme o exposto, podemos destacar quatro empregos recorrentes no emprego das aspas: a) em palavra inapropriada; b) na recusa em assumir a palavra do outro; c) em palavra estrangeira; d) na fonte de publicação. Poder-se-ia até pensar que o uso de aspas no nome das revistas ou periódicos configuraria o emprego de palavra inapropriada, por ser um termo de uma língua estrangeira em um texto de língua portuguesa. No entanto, verificou-se o uso das expressões estrangeiras *fast food*, *Queen's University*, *OraQuick* e *software* sem aspas, o que nos leva a aderir à hipótese de que os nomes dos periódicos e revistas³⁰ levam aspas com o propósito de destacá-los como fonte da publicação e não apenas pelo fato de serem palavras pertencentes a outro idioma. Além disso, encontramos nome de revista brasileira com aspas, mais uma prova de que o sinal de aspas é para destacar o veículo da informação. Leiam-se os fragmentos:

...revelou um estudo que será publicado na edição desta quarta-feira do "Journal of the American Medical Association". (Folha online - 19/07/2004)

...publicado este sábado na revista especializada "British Medical Journal". (Folha online - 16/11/03)

...foi publicado na última segunda-feira (15) pelo "Jornal do Clima" (Folha online - 21/03/2004)

No entender de Authier-Revuz (1998, p.14), as aspas têm outras possibilidades, como por exemplo, a do leitor ter espaço para fazer interpretação. Nesse sentido, a autora propõe:

as aspas inscrevem no dizer de X um 'buraco interpretativo', um apelo para construir aquilo que o enunciador reteve, 'agarrado' ao percurso

³⁰ Algumas fontes de publicação, além de serem aspeadas, são escritas com letras coloridas.

‘escorregadio’ de seu dizer, é uma forma unívoca de língua cavando um lugar para um processo de interpretação discursiva.

Acredita-se que exista um espaço para interpretação por parte do leitor. No entanto, como discutido acima, observa-se que, nos textos de DC, o emprego das aspas não tem uma abertura voltada a diferentes interpretações. Isso deve-se ao caráter de seriedade e responsabilidade por parte da comunidade científica para evitar possíveis confusões. Conforme a observação, trata-se de dois empregos bem definidos: o fato de marcar a voz do outro, dando espaço à voz autorizada das pessoas responsáveis pela pesquisa, e/ou para dar destaque ao nome do veículo em que foi publicada a descoberta científica – revistas ou periódicos.

3.1.2.3 Emprego de parênteses

De acordo com a gramática tradicional, os parênteses são empregados para intercalar qualquer indicação acessória. Entretanto, no *corpus* verifica-se o uso desse sinal com um significado que vai além desse conceito. Na maioria das vezes, encontra-se uma informação de grande relevância entre esses sinais de pontuação, como a explicação de um termo técnico empregado somente na linguagem científica ou de uma palavra pouco utilizada na linguagem do cotidiano. Vejamos:

Um grupo de voluntários que consumiu a droga, chamada Torcetrapib, em combinação com a popular estatina (substância usada no tratamento padrão para diminuir o mau colesterol) duplicou seu índice do bom colesterol em apenas oito semanas. (Folha online - 09/04/2004)

Além disso, os parênteses também são empregados após uma sigla para explicitar seu significado, como no excerto abaixo:

...chefe da equipe do JPL (Laboratório de Propulsão a Jato, na sigla em inglês) que projetou a câmera. (Folha online – 16/07/2004)

Comprova-se que, nos textos de DC, os parênteses não são usados apenas para abrigar informações acessórias, mas também trazem informações de extrema importância para a compreensão do texto, uma vez que explicitam a palavra desconhecida ou técnica, na forma de um discurso definitório, possibilitando construir o sentido para o termo em questão, por meio de uma definição compreensível para leitores não conhecedores de termos especializados.

Nesse caso, percebe-se também a natureza polifônica dos textos do *corpus*, pelo viés dos discursos definitórios usados dentro dos parênteses. É empregada uma estratégia discursiva procedente de outros discursos que podem ser originários do senso comum, do médico, do professor, enfim, do outro, para esclarecer uma palavra ou expressão desconhecida do leitor que não pertence àquela área de conhecimento.

3.2 Marcadores discursivos nos textos de DC: perspectivas semântico-discursivas

Nos estudos lingüísticos, é comum que determinadas unidades da língua despertem um interesse maior em serem analisadas mais detalhadamente, especialmente quando essas unidades recebem uma abordagem limitada pela gramática normativa. Nesse sentido, pretende-se analisar as conjunções (no âmbito deste trabalho entendidos como marcadores discursivos) sob uma abordagem textual-discursiva. Essa é uma das questões que nortearam nosso trabalho, além do fato de que os nexos lingüísticos demonstram inserção polifônica na construção textual.

As unidades lingüísticas que serão observadas nesse capítulo compreendem vários elementos como: *e, mas, porém, embora, de acordo com, segundo, apesar de, ao contrário*, entre outros. Opta-se por empregar a expressão *marcadores discursivos* a

esses elementos, porque se está trabalhando com uma análise textual-discursiva, conforme já mencionado.

Os estudos voltados aos elementos conectivos na gramática tradicional brasileira visam, normalmente, à análise de ligações entre termos e orações, apresentando uma lista dos conectivos (mais conhecidos por conjunções) com o propósito de classificar as orações que compõem o período sem, entretanto, haver uma preocupação com o papel que a Linguística Textual atribui a esses elementos de ligação, denominados por ela *articuladores textuais*. Além disso, de acordo com Santos (2003), a gramática tradicional parece não ter uma preocupação rígida com o sentido que pode ser obtido em virtude da escolha de um ou de outro elemento de ligação.

Em função dessa visão tradicional, desenvolveram-se muitos estudos, nas últimas décadas, por lingüistas de renome como Ducrot (1980;1982;1983) e Vogt (1980;1987), e por seguidores desses estudiosos a exemplo de Guimarães (1987;2001), Koch (1987;1993;2003), Oliveira (2001) e Santos (2003). Esses autores verificaram que os conectivos desempenham outros papéis além do sintático, de onde se conclui que esses elementos de ligação intrafrásticos, interfrásticos e intratextuais, apresentam funções textuais e discursivas que atestam a polifonia enunciativa.

Os elementos conectivos recebem denominações variadas, de acordo com a linha de pesquisa: podem ser *articuladores textuais*, conforme empregado por Santos; *operadores discursivos/argumentativos*, a exemplo de Ducrot e Koch; ou ainda, *marcadores discursivos*, para outros teóricos como Schiffrin e Portolés. Na concepção discursiva, os marcadores assumem um aspecto coesivo entre porções maiores do texto

e não apenas entre orações ao mesmo tempo que promovem a progressão textual, garantindo a coerência do texto.

No que diz respeito à nomenclatura, Portolés (1988, p.80) parafraseando Ducrot, faz uma interessante distinção entre conector e operador argumentativos. Segundo ele, um “conector argumentativo consiste em uma unidade que articula dois membros de um discurso”. Como exemplos de conectores podem ser citados: *mas*³¹, *além disso*, *etc.* Já um “operador argumentativo é uma unidade que, aplicada a um conteúdo, transforma as potencialidades argumentativas desse conteúdo”. O *quase*, *um pouco*, entre outros são exemplos de operadores. Cabe esclarecer que todos os conectores são marcadores discursivos, no entanto, somente uma parte dos operadores argumentativos podem ser chamados de marcadores discursivos.

É comum que os elementos de ligação, que estruturam a coordenação frasal, articulem períodos, parágrafos e fragmentos maiores de textos, mostrando que a análise desses elementos deve ir além das fronteiras entre frases. Desse modo, percebe-se que na organização discursiva o papel de tais elementos passa a ser o de articulação entre enunciados, os quais enfatizam ora uma idéia ora outra ao ligarem parágrafos ou fragmentos de texto. Assim, os elementos de ligação estabelecem a coesão, a coerência e a progressão textual.

A expressão *operadores argumentativos* foi cunhada por Oswald Ducrot para designar certas unidades da gramática de uma determinada língua que têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados, a direção para o qual apontam, indicando que vozes de diferentes enunciadorees podem constituir os enunciados. As reflexões de Ducrot a respeito do assunto nasceram do seu interesse em demonstrar a existência de

significados puramente lingüísticos. No entanto, de acordo com Portolés (2004), a situação tem mudado nas últimas décadas pois, cada vez mais, pode-se justificar a análise dos marcadores discursivos levando-se em conta também a realidade extralingüística como componente do significado.

Nos estudos dos marcadores de discurso, assim como em qualquer estudo relativo à linguagem, é necessário distinguir entre *significado* e *sentido*, sendo primordial o estudo dos significados. Schiffrin (1988) demonstra que nem os marcadores, nem o discurso dentro do qual eles funcionam, podem ser entendidos de um ponto de vista isolado, mas somente como uma integração da estrutura, da semântica, da pragmática e dos fatores sociais. Desse modo, percebe-se que Schiffrin e Portolés, como a maioria dos teóricos mencionados, concordam ao considerar os elementos extralingüísticos como elementos determinantes do sentido da enunciação.

Os marcadores discursivos são palavras ou expressões que têm como função organizar os enunciados de um texto, ajudando na constituição do sentido textual, à medida que vão estabelecendo relações entre as várias idéias expressas no texto. Causa, adição, temporalidade, oposição, entre outras são algumas das relações observadas pelos teóricos que se debruçam sobre a temática há muitos anos.

É importante ressaltar que os marcadores discursivos não pertencem somente a uma determinada classe gramatical. Ao contrário, eles são encontrados em várias categorias gramaticais, incluindo conjunções coordenadas ou subordinadas, advérbios, preposições, etc. Contudo, todos esses elementos fazem parte da gramática da língua, mas que, conforme observou Koch (2003, p. 40), têm recebido pouca atenção em livros didáticos e em sala de aula, por pertencerem a classes invariáveis ou a palavras que não

³¹ É interessante lembrar a distinção entre *mas PA* e *mas SN*, feita por Vogt (1989), a qual é discutida no item

foram incluídas em nenhuma das dez classes gramaticais encontradas nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa.

Para Santos (2003), embora os marcadores utilizados sejam, às vezes, os mesmos que aparecem nas estruturas intrafrásticas, as relações interfrásticas são recursos mais discursivos do que sintáticos, já que, para Longacre (*apud* Santos, *op.cit.*, 29), os “*parágrafos articulados comportam-se de maneira ligeiramente diferente de orações articuladas, pois eles possuem ligações mais fluídas*”. A partir dessa idéia, Santos (*id.ib.*) enfatiza:

exatamente por serem segmentos diferenciados, não é possível analisar, sob a mesma ótica, orações, períodos, parágrafos e outras unidades discursivas. Na organização do texto, os articuladores mesclam informações e unem segmentos, ocasionando efeitos de sentido diversos, colaborando, como lembra Halliday, para a coesão textual.

Dentro dessa perspectiva, nos textos do *corpus*, fica evidente a questão de mesclar informações, de tal forma que o divulgador coloca no mesmo plano os dizeres dos pesquisadores, do senso comum, de pesquisas anteriores e de outros discursos, formando um mosaico de diferentes vozes que, articuladas, constituem polifonicamente um texto coeso e coerente.

Parece não haver dúvidas de que o uso dos conectores é mais complexo do que o modo como é abordado nos manuais de língua portuguesa e até mesmo nas gramáticas tradicionais, já que levam em conta somente a questão sintática. Santos (*op. cit.*), observa que, em alguns casos, consideram-se independentes as orações coordenadas e dependentes as subordinadas, sem que se especifique a natureza dessa in(dependência).

Esse posicionamento decorre do fato de somente se adotarem critérios sintáticos para análise das estruturas lingüísticas. No entanto, o funcionamento global da língua pode ser explicitado por meio de um estudo integrado de três componentes, a saber, o sintático, o semântico e o pragmático, conforme defende Koch (1993, p. 111).

A partir da perspectiva textual, a autora afirma:

torna-se inadequado falar em oração dependente (ou subordinadas) e independente (ou coordenadas), já que se estabelecem entre as orações que compõem um período, um parágrafo ou um texto, relações de *interdependência*, de tal modo que qualquer uma delas é necessária à compreensão das demais. E, além das relações entre os enunciados (relações semânticas ou lógicas), há aqueles que se estabelecem entre o enunciado e a enunciação, a que se pode chamar de pragmáticas, “paralógicas ou argumentativas.

Assim, a partir de estudos realizados desde a década de 60, a concepção de conectores vem mudando e ganhando uma dimensão discursiva. Nesse sentido, Santos (op.cit., p. 13) destaca:

os estudos da Lingüística Textual vêm procurando mostrar que a função dos conectivos, ou operadores discursivos ou articuladores textuais, (...) é maior que apenas “ligar” termos, no nível oracional, nas orações coordenadas ou subordinadas.

De acordo com Koch (1993, p. 105), é a macrossintaxe do discurso ou semântica argumentativa que recupera os articuladores, por serem estes os responsáveis por determinar o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se em elementos lingüísticos importantes da enunciação. Dessa forma, grande parte da força argumentativa dos enunciados que constituem o texto estão na dependência dessas marcas lingüísticas.

É importante ressaltar a necessidade de o usuário da língua, tanto o locutor quanto o interlocutor, de compreender o valor argumentativo dos marcadores discursivos, a fim de que eles saibam empregar e interpretar corretamente no discurso do outro a força da argumentação expressa por meio desses elementos. Um bom

exemplo verificado nos textos de DC é que, ao empregar o conector *mas* ou seus semelhantes, o locutor está introduzindo uma direção argumentativa mais forte com o propósito de levar seu interlocutor a concluir a partir dessa orientação.

Assim, o uso de encadeamentos possíveis entre enunciados, capazes de promover um contínuo textual, é empregado com a pretensão de orientar o ouvinte/leitor para certa conclusão e, obviamente, excluir outra. Esses elementos responsáveis por tal tipo de relação são muitas vezes conectivos conhecidos. No entanto, existem outros elementos que não se enquadram em nenhuma das classes gramaticais listadas pela gramática normativa e que são conhecidos por palavras denotativas de inclusão, de exclusão, de retificação, de situação, conforme levantamento feito por Koch (1993, p. 105), a partir de diversos autores de diferentes gramáticas.

Nesse sentido, espera-se colaborar para uma melhor compreensão das estratégias de emprego dos marcadores discursivos como elementos de coesão e de coerência enunciativa, tentando mostrar que o uso discursivo-textual dos marcadores constitui um recurso fundamental para a progressão textual e para o estudo das questões argumentativa e polifônica, características inerentes da enunciação dos textos de DC.

Para a análise dos marcadores discursivos³², procedemos a um levantamento desses elementos agrupados de acordo com um sentido aproximado entre eles. Além disso, o enfoque recai sobre os marcadores discursivos mais expressivos, ou seja,

³² Propomos uma nomenclatura para os marcadores baseada na classificação de Koch (2003) e de Authier-Revuz (2004), sendo que, para os últimos conectores do quadro, denominados **marcadores discursivos de atribuição**, criamos o nome de acordo com o sentido por ele expresso, já que os elementos elencados relacionam os enunciados através de sinalizadores da voz do outro, atestando o fenômeno da polifonia no texto de DC.

aqueles que aparecem em maior número e sobre aqueles que representam a polifonia na construção textual, conforme o quadro a seguir:

Marcador discursivo	Especificação	Ocorrências
1. De contraste ou oposição	Mas (porém, entretanto, todavia, contudo), embora (apesar de, ainda que), de/por um lado...de/por outro, ao contrário, ao passo que.	22
2. De adição	E, também, além disso, ainda, não só...mas também.	48
3. De reformulação	Isto é, ou seja, em outras palavras, a saber, por Exemplo.	2
4. De explicação ou causal	Porque, já que, pois.	4
5. De atribuição	Segundo um/o, de acordo com, para (fulano)	21

Quadro 1- levantamento de marcadores discursivos nos textos de DC

Após a exposição teórica sobre os marcadores discursivos e o levantamento quantitativo dos mesmos, passaremos à teorização de cada grupo de marcadores e à exemplificação a partir de fragmentos dos textos do *corpus*.

3. 2. 1 Marcadores discursivos de contraste ou oposição

Os marcadores desse grupo representam, como o próprio nome diz, contraste, oposição ou mudança de orientação argumentativa, direcionando para conclusões opostas. Esse grupo pode ser dividido em sub-grupos: do *mas* (*porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto*); e do *embora* (*ainda que, posto que, apesar de (que)*). Além disso, inclui-se nesse grupo: *ao contrário, ao passo que, de/por um lado...de/por outro*.

O *mas* é considerado o marcador discursivo por excelência por Ducrot, Vogt e outros tantos teóricos que tratam a respeito de elementos conectivos bem como de argumentatividade.

Vogt (1989, p. 104) faz uma interessante distinção para o emprego do *mas*: o *mas SN* e o *mas PA*³³. O *mas SN* é empregado quando a primeira proposição é negativa e a segunda, introduzida pelo *mas*, apresenta-se como correta em relação à afirmativa negada, tendo um caráter de retificação, refutação. Além disso, pode ser substituído ou desenvolvido pela expressão *ao contrário*. O *mas PA* não exige que a proposição precedente seja negativa. Sua função é introduzir uma proposição que orienta para determinada conclusão oposta a uma conclusão que o primeiro enunciado poderia conduzir. Dessa forma, o segundo enunciado funcionaria como um comentário do anterior e teria grande valor argumentativo. De acordo com Koch (1993, p. 108), é “*o mas argumentativo em sentido estrito e que, do mesmo modo que o primeiro, permite uma descrição polifônica*”. Vejamos um exemplo de *mas PA*:

De acordo com Oliver Phillip, da Universidade de Leeds, no Reino Unido, somente o aumento da biomassa poderia retardar os efeitos

³³ SN corresponde ao alemão *sonder* e ao espanhol *sino*, enquanto que o PA equivale ao espanhol *pero* e ao alemão *aber*.

das mudanças no clima global. Mas o desmatamento crescente anula essa possibilidade. (Folha online –21/03/2004)

Nesse fragmento de texto de DC, tem-se a voz do pesquisador difundida por meio do divulgador, afirmando que *somente o aumento da biomassa poderia retardar os efeitos das mudanças no clima global* e, na seqüência, o locutor apresenta uma voz provavelmente originária do consenso geral com a qual o pesquisador e também o locutor se identificam, afirmando haver um desmatamento crescente que, como se sabe, causa problemas ao clima ao impedir o aumento da biomassa. Com isso, a direção argumentativa é redimensionada ao mesmo tempo que o caráter polifônico do enunciado é manifestado por intermédio do conectivo *mas*.

Segundo Koch (2003, p. 36), baseado na metáfora da balança³⁴ proposta por Ducrot, o marcador discursivo *mas* apresenta o seguinte funcionamento:

o locutor coloca no prato A um argumento (ou conjunto de argumentos) com o qual não se engaja, isto é, que pode ser atribuído ao interlocutor, a terceiros, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura; a seguir, coloca no prato B um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere, fazendo a balança inclinar-se nessa direção.

A perspectiva de que o locutor coloca um argumento com o qual não se engaja não parece a forma mais adequada de referir-se ao primeiro argumento, pelo menos em nosso *corpus*. Pode-se dizer simplesmente que o conteúdo do argumento A é mais fraco do que o conteúdo do argumento B e considerá-lo como um fato que pode ser atribuído a outros ou ao saber comum, funcionando, desta forma, como um índice do fenômeno polifônico, em que duas ou mais vozes co-habitam os enunciados, formando um conjunto de vozes. Vejamos, a seguir, um exemplo com o marcador discursivo *mas PA* em um texto de DC que relata a ingestão de uma droga

³⁴ A autora adere à metáfora da balança, utilizada por Ducrot, sendo o prato A equivalente ao primeiro enunciado e o prato B equivalente ao segundo enunciado.

experimental, que aumenta dramaticamente os níveis do bom colesterol (HDL), fato que beneficiaria o tratamento de doenças cardíacas.

*As descobertas se baseiam em uma pesquisa preliminar com 19 pessoas, **mas** os autores do estudo estão entusiasmados com o papel do HDL na redução do mau colesterol. (Folha online - 09/04/2004)*

O primeiro enunciado poderia direcionar o leitor para a seguinte conclusão: é apenas um estudo preliminar que não representa uma grande descoberta, por causa do número reduzido de participantes. No entanto, o segundo enunciado, introduzido pelo *mas*, direciona à conclusão oposta, ao afirmar o entusiasmo dos pesquisadores em relação ao papel do HDL (bom colesterol) na redução do LDL (mau colesterol). Trata-se, portanto, de colocar o argumento mais forte no segundo enunciado. Parte dessa interpretação é devida ao co-texto, pois, no início do primeiro parágrafo (exemplo do item 3.1.1), comenta-se que a droga experimental eleva **dramaticamente** os níveis do bom colesterol.

No próximo excerto de texto, pode-se verificar outro emprego do conector *mas* PA também no sentido de contrapor-se ao enunciado anterior, conduzindo a uma conclusão oposta. No texto em que foi extraído o fragmento, afirma-se que uma substância considerada cancerígena foi detectada em vários alimentos comercializados nos Estados Unidos, como em batatas fritas e aperitivos. Essa substância é encontrada, especialmente, em alimentos à base de amido, fritos ou cozidos a altas temperaturas. A surpresa da pesquisa foi encontrar essa substância também em azeitonas pretas, suco de ameixa e em um tipo específico de bebida em pó. A partir da contextualização, leia-se o fragmento:

*Ainda não há estudos científicos sobre o efeito cancerígeno da acrilamina nos seres humanos, **mas** está comprovado que altas doses da substância podem causar infertilidade ou câncer nos animais. (Folha online - 28/03/2004)*

O leitor pode concluir que, se ainda não há estudos científicos nos seres humanos a respeito da acrilamina, não deve haver alarme. Para derrubar essa idéia, o locutor introduz o segundo enunciado com o conector *mas PA*, dizendo que está comprovado que a acrilamina pode causar não só infertilidade mas também câncer no animais. Assim, o leitor é exposto a uma nova direção argumentativa que pode levar a outra conclusão: se a substância pode causar danos nos animais também pode causar nos seres humanos; logo, deve-se evitar ou, pelo menos, diminuir os alimentos que contêm essa substância.

Koch (1993, p. 107), seguindo a teoria de Ducrot (1987), esclarece que as proposições representadas por **p** e **q**³⁵ apresentam orientações argumentativas oposta em relação à conclusão. Contudo, a força de **q** é maior do que a força de **p**. Nesse sentido, o não-dito transparece no uso do *mas*, recebendo um peso maior o enunciado em que o marcador discursivo aparece, exatamente como ocorreu nos fragmentos de textos de DC apresentados anteriormente.

Outro aspecto importante é o fato de *mas* como marcador discursivo apresentar um caráter gradual, o qual pode ser de natureza discursiva ou pragmática. As variações de sentido, segundo Santos (2003, p. 52), podem oscilar desde a “*simples desigualdade até a total negação do enunciado anterior, indicando algo contrário ao esperado*”. Esse fato vai depender do tipo de *mas SN* ou de *mas PA*, conforme propôs Vogt. Assim, a identificação do papel desse articulador depende, em grande medida, da interpretação das intenções argumentativas e, é claro, do contexto.

Oliveira (2001, p.86), parafraseando Vogt e Ducrot, esclarece que as construções adversativas *A mas B*, *A no entanto B* e *A porém B* contêm três

³⁵ **P** e **q** representam enunciados que apresentam diferentes direções argumentativas.

constituintes: dois explícitos e um implícito. O primeiro constituinte (A da fórmula), é denominado *concessão*, o segundo constituinte (B da fórmula) *restrição*. O terceiro constituinte corresponde a uma consequência negada da concessão (A da fórmula), normalmente implícita. Vejamos o exemplo do autor:

Leonardo é brasileiro, mas prefere fórmula 1 a futebol.

(concessão)

(restrição)

O terceiro constituinte (implícito) = consequência negada da concessão, neste caso é: *deveria preferir futebol a qualquer outro esporte*. Entretanto, o segundo enunciado orienta para a conclusão: *é melhor convidá-lo para assistir a corrida*. Em outras palavras, a restrição é argumentativamente mais forte do que a concessão. Isso significa que “A mas B” equivale a “A mas (o que importa é) B”. Segundo o autor, a relação de concessão com sua consequência negada fundamenta-se no que Ducrot e Ascombre denominam *topoi*³⁶. Como a concessão é um argumento favorável à consequência negada na restrição o conceito de *topos* ajuda a entender a relação entre esses elementos.

Além da seqüência *concessão + adversativa + restrição*, há outra forma de exprimir o par *concessão/restrição* por meio da conjunção concessiva, como no exemplo:

³⁶ Plural da palavra grega *topos* = “um princípio geral que serve de apoio ao raciocínio, mas que não se deve confundir com esse raciocínio”. Esse princípio “é sempre apresentado como parte de um consenso” Anscombe (1995). Ducrot utiliza o conceito de *topos* para explicar a relação entre tese e o argumento em que ela se apóia. Para ilustrar esse conceito, veja-se os exemplos: “Vou comprar esse sapato. Ele custa menos de R\$ 40,00” e “Não vou comprar esse sapato. Ele custa menos de R\$ 40,00”. Em ambos os exemplos, o primeiro enunciado é a tese/conclusão e a segunda é um argumento orientado para essa conclusão. Assim, os dois raciocínios estão apoiados em *topoi* diferentes. No primeiro exemplo o *topos* é “quanto menos custa um produto, mais interessa comprá-lo. Provavelmente, o argumentador valoriza a economia. No segundo exemplo, o *topos* é “quanto menos custa um produto, menos interessa comprá-lo”. Provavelmente, o argumentador valoriza a qualidade. Veja-se outro exemplo de Oliveira (2001, p. 87): *Ele bebe, mas é carinhoso*. Nesse caso, a partir do primeiro enunciado pensa-se que *se ele bebe seria de se esperar que fosse grosseiro*, assertiva que se apoia no *topos* quanto mais alguém bebe, menos carinhoso é.

Embora seja brasileiro, Leonardo prefere fórmula 1 a futebol.

O aspecto comum entre essas construções, de acordo com Oliveira (op. cit, p. 87), está no fato de que a asserção argumentativa mais forte é sempre a restrição que direciona o interlocutor para a conclusão/tese a que o locutor/argumentador deseja chegar. Ele concorda com a concessão, porém minimiza sua importância em proveito da restrição. O autor destaca que a construção em que aparece a conjunção adversativa introduz a restrição e a ordem do enunciados é fixa – concessão/restrição. Já na estrutura que emprega a concessiva, a conjunção introduz a concessão e, por isso, denomina-se concessiva. No entanto, existe a possibilidade de inversão das proposições. Nesse caso há duas possibilidades: *B, embora (apesar de) A* e *Embora (apesar de) A, B*.

Apesar de ambas as construções exprimirem a relação concessão/restrição, essas estruturas não se equivalem discursivamente. Há sutis diferenças entre elas. O emprego da conjunção concessiva como introdutora já anuncia que a segunda assertiva apresentará orientação argumentativa inversa. Dito de outro modo, o emprego da concessiva com anteposição da oração subordinada à principal é um modo de anunciar a restrição. Assim, desde que ocorra o binômio concessão/restrição, a assertiva irá sempre contra a expectativa gerada pela concessão. O que existe de especial na fórmula *Embora (apesar de) A, B* é que essa construção explora a possibilidade do sistema da língua de colocar a concessão no início da frase anunciando uma quebra de expectativa, como descreveu Oliveira (op. cit, p 88). Para esse autor, o emprego da concessão consiste em:

um recurso discursivo através do qual o argumentador concede razão a uma tese contrária à dele, ou a um argumento a ela favorável, dando a impressão de certa empatia para o ponto de vista da outra parte, para em seguida invocar um argumento mais forte em favor da sua tese. Ou

seja, concorda, num aspecto de importância secundária, com um opositor (real ou imaginário, presente ou ausente, que pode ou não ser o leitor/ouvinte), para em seguida “tirar-lhe o tapete” sob os pés.

Ao refletir sobre a citação, percebe-se que o autor fala de um opositor que pode ser real, imaginário, presente ou ausente, interlocutor ou não. Nesse caso, trata-se da voz do outro, tal como ocorre nos enunciados com o marcador discursivo *mas*. Igualmente, com os conectivos concessivos, percebe-se a natureza polifônica dos enunciados em que se emprega a concessão. Leia-se o excerto:

Apesar de não haver dados sobre o diagnóstico para o déficit de atenção nestas crianças, os pais apontaram problemas de atenção em cerca de 10% delas. (Folha online – 05/04/2004)

No fragmento extraído do texto de DC que aponta problemas de falta de atenção em crianças que assistem à televisão durante muito tempo, o locutor considera a perspectiva dos pesquisadores, introduzindo-a por meio do conector *apesar de*. No entanto, esse fato torna-se minimizado ao introduzir o conteúdo do segundo enunciado exposto pelos pais que é mais forte e leva o leitor a concordar. Assim, se os pais apontam problemas, é motivo para ficarem alerta e controlarem o tempo das crianças em frente à televisão. O enunciado é polifonicamente constituído pelos pontos de vista dos pesquisadores e dos pais, sendo que o locutor tende a identificar-se com o último.

Na perspectiva de Koch (2003, p. 37), as estratégias empregadas no uso dos operadores do grupo de *mas* e do grupo do *embora* são distintas. A autora afirma que, de uma perspectiva semântica, ambos têm funcionamento semelhante, ou seja, opõem argumentos colocados a partir de pontos de vista que orientam a conclusões contrárias. A diferença entre eles diz respeito à estratégia argumentativa empregada pelo sujeito-articulador, pois, ao utilizar o *mas* no segundo enunciado, ele emprega a “*estratégia de suspense*”, fazendo com que o interlocutor conclua **r**. A seguir, o sujeito-articulador introduz o segundo enunciado iniciado pelo conector, o que produzirá uma nova

direção argumentativa ao interlocutor, o qual poderá concluir por não-r. Dito de outro modo, o receptor poderá ser levado à conclusão contrária.

No que se refere ao conector *embora*, a autora diz que o locutor utiliza a “*estratégia de antecipação*”, ou seja, ele antecipa um argumento, explicitando que tal argumento introduzido pelo conector não terá validade. O mesmo acontece com os marcadores discursivos pertencentes ao seu grupo, como no caso do *apesar de* verificado no exemplo acima.

Para Oliveira (2001), as concessivas poderiam ser agrupadas juntamente com as adversativas, o que corrobora a concepção de Koch acima mencionada. Além disso, para ele, as *opositivas*³⁷ poderiam também ser associadas com as duas categorias anteriores, já que, em termos de valores semânticos, assemelham-se, motivo pelo qual as três categorias estão associadas nesse mesmo grupo. Uma diferença importante entre elas é que, tanto nas adversativas quanto nas concessivas, existe sempre um terceiro constituinte, claro ou subentendido, o qual representa a consequência negada da concessão. Nas construções com opositivas, esse terceiro elemento não existe, nem explícita nem implicitamente.

Leia-se, a seguir, o fragmento do texto que trata do crescente número de casos de câncer de mama em homens.

*“Fiquei surpresa ao descobrir o aumento. **Por outro lado**³⁸, deveríamos saber, já que temos visto um grande aumento do câncer de mama nas mulheres”, disse Giordano (Folha online – 19/07/2004)*

³⁷ Também denominados *conectores de contraste* por alguns teóricos, como Azeredo (1990), essa categoria de conjunção não consta nas gramáticas tradicionais. Alguns exemplos são: *ao contrário*, *ao passo que*, *enquanto* (proporcional para NGB), *por/de um lado ... por/de outro*, sendo que, nesses pares, pode-se omitir o primeiro termo.

³⁸ Esse marcador discursivo pode ser empregado também para dar progressão ao texto sem, contudo, apresentar unicamente o caráter de oposição. Esse caráter fica como “pano de fundo”.

Acredita-se que o conector em destaque funcione como marcador de oposição porque está pondo em contraste duas idéias diferentes: o fato de ficar-se surpreso por descobrir o aumento do número de câncer de mama em homens, o que subentende não se ter nem imaginado essa possibilidade e o fato de que se deveria saber (em função do aumento da doença nas mulheres). É bem verdade que se trata de uma oposição mais sutil se comparada às adversativas, que apresentam um argumento mais forte introduzido pelo conector.

Embora não se esteja realizando uma análise estatística de ocorrências, é interessante destacar que nos textos de DC há predominância de conectores mais recorrentes na linguagem coloquial, aumentando a informalidade desse gênero se comparado aos rigorosamente científicos. Isto porque, nos textos analisados, foram encontradas 22 ocorrências de marcadores do grupo de oposição num total de 16 textos, havendo o predomínio do uso do marcador discursivo *mas*, totalizando 11 ocorrências. Quanto ao emprego dos marcadores *entretanto* e *porém*, verificou-se 3 e 4 ocorrências respectivamente. O conector *de/por um lado.../por outro...* foi verificado em 3 textos e *apesar de* em apenas 1 texto.

3. 2. 2 Marcadores discursivos de adição

Esses marcadores representam soma ou adição de argumentos. Em outras palavras, eles apontam para a mesma direção, favorecendo uma mesma conclusão. O marcador mais empregado entre eles é o *e*, seguido de *também*, *além disso*, *não só...mas também* e *ainda*.

Schiffrin (1988), ao analisar o emprego do *e*, destaca que ele desempenha dois papéis: coordenar unidades e dar continuidade ao discurso. Observe-se nos fragmentos dos textos de DC abaixo que a ocorrência mais empregada pelo divulgador é a de adicionar elementos ou expressões, assim como acontece na maioria dos textos.

A FDA (Food and Drug Administration), órgão norte americano responsável pelo controle de alimentos e medicamentos, aprovou um novo teste de Aids que detecta a presença de anticorpos de HIV por meio de uma raspagem oral em apenas 20 minutos. (Folha online - 26/03/2004)

A equipe da Universidade de Helsinque estudou os hábitos de consumo de chocolate e o nível de estresse de 300 grávidas. (Folha online – 07/04/2004)

Enquanto os efeitos da crilamina estão sendo estudados mais profundamente, a FDA recomenda uma alimentação equilibrada, que inclua muitas frutas e legumes. (Folha online- 26/03/2004)

Dos 16 textos de DC analisados, somente três deles não apresentaram nenhuma ocorrência do conector *e*. Nos demais, a ocorrência variou entre 2 a 5 vezes em cada texto analisado, confirmando resultados em pesquisas com esse conector em outros tipos de textos. Observou-se também que a maioria das ocorrências foram entre unidades ou expressões lexicais no sentido de somar idéias da mesma natureza. Outras ocorrências surgiram com o sentido de dar continuidade ou progressão ao texto, e poucas, somente duas ocorrências no mesmo texto, o marcador discursivo aparece com o sentido de conseqüência, embora entenda-se que a idéia de continuidade ou progressão ainda permaneça. Trata-se de um aspecto predominantemente textual, ao passo que a conseqüência apresenta-se como um aspecto semântico, como podemos perceber nos extratos abaixo:

A última e mais famosa (extinção) aconteceu a cerca de 63 milhões de anos. Foi aparentemente provocada pela colisão de um asteróide com a Terra e causou a morte dos dinossauros.(Folha online - 21/03/2004)

As causas das outras extinções são desconhecidas. A maior delas pôs fim ao período Pérmico, há cerca de 250 milhões de anos, e dela só

sobreviveram 4% de todas as espécies existentes.(Folha online - 21/03/2004)

Em sua pesquisa com textos da literatura infantil e juvenil, Santos (2003) verificou que o conector *e* foi encontrado em 48% do total dos exemplos analisados. Um percentual bastante expressivo se comparado a outros conectivos, o que confirma a idéia do uso do *e* com diferentes sentidos na produção textual, além de mostrar a grande força de expressividade nas narrativas. Dessa forma, para a autora, assim como para outros pesquisadores, o marcador em questão pode ser considerado um *arquiconectivo*.

Vale lembrar que o conectivo *e* aparece com múltiplas funções, conforme observou Koch e Santos, podendo ser capaz de causar efeitos de sentido variados e de ligar segmentos de qualquer extensão. Esse marcador discursivo, quando se caracteriza pela não dependência sintática entre os elementos por ele articulados, representa a adição. No entanto, há outros valores possíveis, inclusive assemelhar-se ao conectivo *mas*. Mesmo gramáticos tradicionais como Cunha e Cintra destacam que o marcador em discussão adquire a função de contrajunção, aproximando-se do *mas* e relacionando eventos em que se apresenta uma quebra de expectativas.

Santos (op. cit.) constatou que o marcador *e* ora colabora para a progressão narrativa, caso em que existe a possibilidade de inverter a ordem dos enunciados, ora predomina na seqüência temporal, o que impossibilita a inversão das informações contidas nos segmentos discursivos devido a seqüência em que ocorrem os fatos narrados (cf. exemplos analisados na página anterior). A autora destaca que o marcador *e* também pode aparecer em algumas seqüências discursivas como um recurso de ênfase, marcado pelo polissíndeto, estratégia característica do discurso bíblico e poético, entre outros. Além disso, pode-se verificar que tal elemento em discussão pode

desempenhar a função de conseqüência, oposição, ênfase, causa/efeito conclusão/finalização, etc.

Outro aspecto interessante é destacar que o funcionamento dos conectores de adição nem sempre são passíveis de comutação sem alteração de sentido. Nesse sentido, para Guimarães (1987, p. 129), o funcionamento do *e* exige condições diferentes das que exige o funcionamento de *não só...mas também*. Segundo o autor, o *não só...mas também* “*tem nas suas regularidades um lugar próprio para a perspectiva do outro*”, concluindo que a “*significação dos recortes enunciativos com a expressão não só...mas também é polifônica*”.

No entanto, não foi registada nenhuma ocorrência do conector *não só...mas também* nos textos do *corpus*. Fato um tanto curioso, já que os textos de DC caracteriza-se pelo aspecto polifônico de suas enunciações.

Os enunciados com o conector *e* precisariam de outros elementos para relacionar-se com a perspectiva do outro, uma vez que os enunciados com esse conector não apresentam, necessariamente, uma dupla perspectiva. No decorrer do seu trabalho, Guimarães (1987) sugere que a discussão em torno do conector *e* deveria ser aprofundada, pois “*pode até aparecer em enunciações que mobilizam polifonicamente os enunciados*”. Contudo, o teórico afirma não ser “*este seu fim específico*”. Além disso, a polifonia deve estar associada a outros elementos da situação.

Nesse sentido, tomemos o seguinte fragmento do nosso *corpus*:

Pesquisadores analisaram o passado, a saúde e o histórico de fertilidade de 31.683 mulheres ... (Folha online – 16/11/2003)

Façamos as devidas alterações para empregar o conector *não só...mas também*.

Pesquisadores analisaram não só o passado e a saúde mas também o histórico de fertilidade de 31.683 mulheres.

Verifica-se que a alteração é possível de ocorrer, e, nesse caso, poderíamos dizer que esse enunciado é polifônico, segundo o pensamento de Guimarães. Para isso teríamos que levar em consideração que o passado e a saúde das mulheres são fatores que já haviam sido analisados em outras pesquisas e foram analisados juntamente com o fator histórico da fertilidade. Assim, os dois primeiros fatores pertenceriam a uma voz ou a mais vozes já enunciadas anteriormente e o terceiro estaria se associando a eles, constituindo vozes de diferentes enunciadores. Esse fato nos leva a pensar também em uma tênue idéia de seqüência temporal.

Dessa forma, podemos dizer também que o enunciado com o conector *e* é polifônico. Entretanto, não podemos esquecer das palavras de Guimarães de que a polifonia com o *e* depende de outros elementos da situação, como, por exemplo, saber se realmente os dois primeiros fatores já foram analisados, o que acreditamos ser possível.

3. 2. 3 Marcadores reformulativos

Esses marcadores introduzem uma idéia de esclarecimento ou reformulação no sentido de retificar, esclarecer ou desenvolver um enunciado anterior, através de um argumento mais forte. Os mais empregados são os seguintes: *isto é, ou seja, em outras palavras, a saber, ou melhor, na verdade, para ser mais exato, por exemplo, tal(is) como, a saber,* entre outros, sendo que alguns deles, em algumas gramáticas, são considerados conjunções explicativas.

Entretanto, no entender de Oliveira (2001), não seria adequado tratá-los como conjunções explicativas, já que estariam no mesmo grupo do *porque* e seus assemelhados e o único ponto em comum entre as duas categorias é o fato de terem como tema a enunciação de um fragmento anterior. Além disso, muitos desses conectores apresentam uma classificação um tanto polêmica dentro do quadro das conjunções ou nem pertencem a essa categoria.

Seguindo a reflexão metaenunciativa de Authier-Revuz (2004) e a perspectiva semântica-discursiva de Oliveira (2001), empregaremos a expressão *marcadores reformulativos*. Dentro desse grupo, foram analisados nos textos de DC apenas uma ocorrência de *isto é* e outra de *ou seja*.

Ao falar ou escrever, o locutor administra a produção do texto, em outras palavras, faz um percurso passo a passo na construção textual, de tal forma que, muitas vezes, o locutor equivoca-se e retifica o que havia dito, outras vezes, acha que o interlocutor poderá ficar em dúvida e ratifica o que foi dito anteriormente. Às vezes, o locutor julga que o interlocutor poderá não entender e parafraseia fragmentos do texto a fim de torná-lo mais claro. Ou ainda, pode considerar inexatas alguma das palavras empregadas, reformulando-as com termos que ele pense ser menos confusos (Oliveira, 2001, p. 97). É para todos esses fins que existem os chamados marcadores reformulativos, ou, como prefere Authier-Revuz, reformuladores.

Authier-Revuz (2004) faz um estudo bem detalhado e abrangente da configuração enunciativa da reflexão metaenunciativa, teoria a partir das noções de opacidade de Récanati e de conotação autonímica de Rey-Debove, as quais abrangem os reformuladores. Contudo, o que nos interessa nesse estudo, particularmente, é a questão que envolve os reformuladores *isto é* e *ou seja*, por serem os registrados no nosso *corpus*.

A expressão *isto é*, apresentada na fórmula *X, isto é, Y* para Authier-Revuz (op.cit, p. 108, 109) representa uma duplicação dos dizeres de tal forma que a “*relação entre os dois termos é explicitamente e sempre metaenunciativa*”. Nesse sentido, o reformulador “*pode estabelecer-se em planos distintos: de argumentação, de referência, de sinonímia, nos quais entram em jogo ou não a opacificação dos elementos X e Y.*” A título de exemplo, leia-se:

(1) *Ele estava faminto, isto é, estava esfomeado.*

(2) *Ele estava faminto, isto é, que teve de parar.*

No primeiro enunciado, tem-se uma relação de sinonímia entre dois modos de dizer, uma dada em *faminto* e outra dada em *esfomeado*, pertencente à modalização autonímica³⁹, pois na equivalência entre os dois dizeres tem-se um “*jogo subjacente das relações semânticas*” (Authier-Revuz, 2004, p. 110).

No segundo enunciado, estão postos dois fatos, em que o primeiro acarreta o segundo, tratando-se, portanto, de uma relação causal de natureza argumentativa não metalingüística e, conseqüentemente, não pertencente ao campo da modalização autonímica. A grande diferença do primeiro para o segundo enunciado é que se tem, respectivamente, relação entre as palavras e relação entre os fatos.

Authier-Revuz (op.cit., p.119-124) faz um levantamento de diversas relações possíveis de interpretações quanto ao emprego do *isto é*, ressaltando o caráter não nítido dos contornos da modalidade autonímica. Veja as diferentes relações:

- a) propriedade não definicional de X, correspondendo a um julgamento do enunciador do tipo *X é Y*;
- b) a relação X e Y corresponde a *X consiste em Y*;
- c) na relação X, *isto é, Y* existe uma relação de caráter explicativo;

- d) X em relação de implicação, suposição, conseqüência com Y;
- e) X e Y equivalendo a um *a respeito disso, sobre isso*. Nesse caso, diz-se que há um vínculo extremamente fraco entre X e Y.

Vale lembrar que em alguns casos o termo *ou seja* é empregado como sinônimo de *isto é*, conforme pode-se observar no exemplo abaixo:

Para Giordano, os tumores são facilmente perceptíveis no sexo masculino. Porém, médicos e pacientes acabam acreditando que se trata de um caso de ginecomastia, ou seja, crescimento benigno das mamas. (Folha online - 19/07/2004)

Acredita-se que esse fragmento pertença à relação descrita em c, acima especificado. O enunciado depois da expressão *ou seja* tem um caráter explicativo, por meio do uso de um vocabulário não especializado, e, portanto, de melhor compreensão para o termo científico *ginecomastia*. Também percebe-se a polifonia nesse enunciado, uma vez que o locutor coloca, após o termo *ou seja*, uma explicação que pertence ao discurso outro. Dito de outro modo, a expressão *crescimento benigno das mamas* é empregada na linguagem de médicos para paciente, portanto, mais compreensível do que *ginecomastia* utilizada entre médicos ou entre especialistas.

No exemplo a seguir, temos um exemplo da relação estabelecida em b, ou melhor, da relação X e Y, que corresponde a X consiste em Y. Em outras palavras, o dito do primeiro enunciado “*o que se pensava há 20 anos*” consiste no fato de explicitar o pensamento “*que os insetos eram muito mais resistentes por poderem se deslocar*”. Vejamos:

³⁹ Segundo Authier-Revuz, (2004, p. 106), a expressão compreende “*um modo de dizer pelo qual a enunciação de um elemento X qualquer de uma cadeia é duplicado por – isto é, comporta – sua própria representação, reflexiva portanto, e opacificante*”.

É exatamente o inverso do que se pensava há 20 anos, isto é, que os insetos eram muito mais resistentes por poderem se deslocar. (Folha online – 21/03/2004)

Nesse fragmento, além de destacar-se a modalidade autonímica percebe-se duas perspectivas distintas separadas pelo marcador *isto é*. Logo, a partir dos dois pontos de vistas em tempos diferentes, organizados pelo locutor, têm-se uma demonstração do aspecto polifônico do texto. Assim, pode-se concluir que também os marcadores reformulativos apresentam-se como um índice de inserção polifônica.

No que diz respeito aos marcadores reformulativos, Oliveira (op. cit., p. 98-99) propõe uma classificação em 5 subtipos:

- a) empregado para o falante retificar radicalmente;
- b) usado para ratificar o que se disse anteriormente;
- c) utilizado a serviço da clareza;
- d) empregado para retificar parcialmente;
- e) empregado para exemplificar.

Acreditamos que a classificação proposta poderia conter somente 4 subtipos, uma vez que as descrições contidas nas letras *a* e *d* diferem apenas em escalaridade. Desse modo, poderiam ser reunidas em um só tipo.

Para Oliveira (2001), exemplificar também é uma forma de reformular. O autor faz a distinção entre a expressão *a saber*, que deve ser empregada quando a exemplificação abrange todo o conjunto a que se refere, e os demais conectores: *por exemplo, tal(is) como, como*, que devem ser usados ao ser limitado a alguns elementos dentro de um conjunto.

Cabe observar que o número de ocorrências de conectores empregados para exemplificação não foi significativo nos textos de DC do *corpus*, ao contrário dos resultados apontados por Leibrunder (2000) e Colussi (2002). Ainda assim, vejamos um exemplo do nosso *corpus*:

(...) as mulheres que rompem com um parceiro ou que estão procurando um novo são mais suscetíveis a adotar comportamentos de risco, como fumar, beber em excesso e comer incorretamente. (Folha online – 16/11/2003)

3. 2. 4 Marcadores de explicação (ou de causa)

Os marcadores de explicação mais utilizados desse grupo são *porque, já que, pois*, quando não funcionam como causais.

De acordo com Oliveira (2001, p.64), as conjunções explicativas aproximam-se das causais, por demonstrarem uma semelhança semântica entre ambas. O fato de ser explicativa ou causal depende da frase, do texto e da situação comunicativa. Assim, Oliveira (op.cit, p. 70) destaca que “*a afinidade semântica entre as duas categorias é óbvia pelo simples fato de ter de empregar critério para diferenciá-las*”. Isso mostra que há um índice de parentesco semântico entre esses elementos.

A conjunção será explicativa se servir para justificar a enunciação do primeiro enunciado. Desse modo, para Oliveira (op. cit., p. 71), uma justificativa é uma seqüência de palavras (B) que se diz a respeito de outra seqüência de palavras (A). Assim, em:

Choveu, porque o chão está molhado,

tem-se um caráter argumentativo, portanto, a conjunção é explicativa.

Essas mesmas conjunções podem funcionar como causais ao exprimir a causa de um fato relatado no enunciado precedente. Desse modo, em:

O chão está molhado porque choveu,

a conjunção é causal porque está introduzindo a causa.

Veja-se agora o excerto de um texto de DC:

*Ele afirma que os resultados levantam importantes questões sanitárias, **porque** mais e mais mulheres na sociedade ocidental têm filhos de pais diferentes. (Folha online – 14/11/2003)*

Nesse caso, o fato de mulheres terem filhos de pais diferentes é apresentado como a causa de questões sanitárias. A perspectiva do enunciado introduzido pelo marcador discursivo *porque* pode ser atribuída ao senso comum, aos médicos ou às autoridades sanitárias, enquanto o ponto de vista do primeiro enunciado é o do pesquisador. Assim, pelo viés das diferentes vozes organizadas pelo locutor, demonstra-se o caráter polifônico do texto.

Guimarães (1987, p. 106-107) ressalta que, mesmo que as enunciações com os conetivos *pois* e *já que* pareçam sinônimas, existe uma grande diferença entre elas. Para o autor, numa perspectiva enunciativa, o *pois* “*não articula enunciações de locutores diferentes*⁴⁰: *a significação do recorte representa um locutor que apresenta um argumento para um ato que ele próprio realiza*”. Com o conetivo *já que* pode-se articular enunciações de dois locutores, conferindo natureza polifônica ao enunciado.

Leia-se o fragmento do texto:

⁴⁰ Guimarães coloca o seguinte exemplo: “Trabalhe, pois isto lhe será útil” considerando que “isto lhe será útil” sustenta o ato de ordenar, de aconselhar e não o predicado trabalhar. O autor defende que essa hipótese parece adequada para explicar porque o conetivo *pois* não articula enunciações de locutores diferentes e, na seqüência, afirma que a explicação introduzida pelo *pois* apresenta um argumento para um ato que o próprio locutor realiza.

Porém, como em ambos os sexos a doença está ligada ao estrogênio, a obesidade pode ser um fator de risco, já que as células gordurosas produzem este hormônio. (Folha online – 19/07/2004)

No enunciado acima, verifica-se que o conteúdo introduzido pelo conector *já que* pertence a uma perspectiva diferente do ponto de vista do enunciador da oração precedente. O fato de que células gordurosas produzem o hormônio estrogênio já era conhecido cientificamente antes da pesquisa em discussão, o que resulta em um enunciado polifonicamente caracterizado por diferentes vozes de diferentes pesquisas.

3.2.5 Marcadores de atribuição

Nesse grupo inserem-se os seguintes marcadores: *segundo um/o, de acordo com, para o(s) autor(es)/fulano* (nome próprio do pesquisador). Essas expressões são registradas como marcadores discursivos, pois estabelecem a relação entre dois enunciados discursivos ou entre os parágrafos do texto, constituindo o sentido textual. Além disso, esses marcadores mostram que a responsabilidade do enunciado pertence a um enunciador diferente do locutor⁴¹, apresentando a perspectiva do outro e, portanto, atestando o fenômeno da polifonia, conforme os parágrafos retirados de um texto do *corpus*:

(...) “Há numerosas razões para as crianças não verem televisão. Existem estudos que até associam esse passatempo à obesidade e à agressividade”, afirmou Dimitri Christakis, um dos autores do artigo publicado na última edição da revista “Pediatrics”

(...)

⁴¹ Nesse caso, parece-nos que o emprego das expressões em questão assemelha-se tanto ao emprego do discurso indireto quanto do direto. Vejamos o exemplo: *De acordo com Christakis, o conteúdo dos programas é pouco relevante*, o que no discurso indireto seria: *Christakis disse que o conteúdo dos programas é pouco relevante*. Já no discurso direto, teríamos: *Christakis disse: - o conteúdo dos programas é pouco relevante*. Podemos, assim, concluir que muda a estrutura frasal, mantendo-se o propósito principal, que é atribuir os dizeres ao ‘outro’ - o especialista.

Apesar de não haver dados sobre o diagnóstico para o déficit de atenção nestas crianças, os pais apontaram problemas de atenção em cerca de 10% delas(...)

***De acordo** com os depoimentos dos pais, as crianças apresentavam dificuldade de concentração, comportamento impulsivo e ficavam confusas facilmente.*

***Segundo o** artigo, 37% das crianças passavam uma a duas horas por dia em frente à televisão e 14% três a quatro horas por dia.*

***De acordo** com Christakis, o conteúdo dos programas é pouco relevante. O perigo vem das imagens excessivamente aceleradas, que podem alterar o desenvolvimento normal do cérebro. (Folha online - 05/04/2004)*

Conforme se pode observar nos parágrafos acima, a função dessas expressões, além de demonstrar a voz de outra(s) pessoa(s), também é a de servir como elementos coesivos entre os conteúdos dos enunciados, promovendo conseqüentemente a coerência e a progressão textual, já que, ao empregar a expressão ***de acordo com o depoimento dos pais***, o locutor está remetendo ao parágrafo anterior onde consta a informação.

Na expressão ***segundo o artigo***, o locutor está também remetendo para uma informação localizada em um parágrafo anterior, onde aparece o nome completo de um dos autores do artigo e o nome da revista em que foi publicado o artigo-fonte. Mais uma vez, pode-se perceber a dupla função da expressão.

E, finalmente, ao empregar a expressão ***de acordo com Christakis***, o divulgador está igualmente referindo-se a uma informação antecedente que diz ser *Christakis* um dos autores do artigo publicado na revista *Pediatrics*.

Outro exemplo também bastante ilustrativo pode ser verificado nos parágrafos de outro texto de DC, que revelam informações a respeito do aumento do câncer de mama em homens. Leia-se:

(...) *De acordo com artigo publicado na revista “Cancer” pela pesquisadora Sharon Giordano, da Universidade do Texas, a doença continua rara, representando apenas 0,6 % do total de câncer de mama e menos de 1 % dos tumores malignos em homens.*

(...)

De acordo com a especialista, os homens tinham uma média de 67 anos quando diagnosticavam a doença (...)

Para Giordano, os tumores são facilmente perceptíveis no sexo masculino. Porém, médicos e pacientes (...)

Segundo a especialista, ainda, não se sabe exatamente o motivo pelo qual a incidência de câncer de mama está crescendo entre os homens. (...) (Folha online – 19/07/2004)

Os três marcadores discursivos em destaque estão remetendo para informações contidas no parágrafo anterior, no qual é apresentado o nome da pesquisadora, bem como a revista em que foi publicado o artigo e a universidade a que pertence a especialista. Além disso, esses marcadores representam a voz do responsável pela pesquisa juntamente com outra(s) voz(es), formando um mosaico de vozes numa configuração polifônica.

Optou-se por considerar *para* como marcador discursivo desse grupo, pois entende-se que ele pode ser substituído pelas expressões *de acordo com* Giordano ou ainda *segundo* Giordano, também para mostrar que aqueles dizeres pertencem ao outro.

Dessa forma, percebe-se uma rede de articulações lingüísticas por meio das quais o texto de DC é reconstituído por um divulgador, a partir de um discurso de cunho científico, transformando-o em um texto com uma linguagem mais acessível e levando em consideração a voz do outro a fim de formar um conjunto de vozes que constituem o sentido do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do mestrado deparamo-nos com várias questões relativas à linguagem (falada ou escrita), aos textos e aos discursos, entre as quais destacaram-se aquelas referentes à característica dialógica da linguagem e aos enunciados polifônicos. A partir dessas questões iniciais, foram surgindo inquietações, às quais foram associados novos tópicos, resultando no percurso desta pesquisa.

Podemos dizer que nossas questões foram respondidas, mas não temos a pretensão de que esse trabalho possa esclarecer todos os aspectos a respeito dos tópicos abordados. Mesmo porque sabemos que a linguagem, com suas peculiaridades, evolui por ser maleável e dinâmica. Além disso, na área dos estudos lingüístico-discursivos, novas pesquisas estão sempre sendo desenvolvidas com o intuito de aprofundar mais o conhecimento a respeito dessa enigmática faculdade que caracteriza e diferencia o ser humano.

A presente pesquisa teve três momentos que merecem destaque nestas considerações finais. Inicialmente, as reflexões teóricas acerca das relações estabelecidas entre algumas das mais essenciais categorias que foram exploradas na análise lingüística dos textos de DC: linguagem, texto e gênero textual.

Para atender a esse propósito, realizou-se uma pesquisa bibliográfica enfatizando que os textos se configuram em gêneros textuais. Estes, além de serem fenômenos históricos associados à vida cultural e social, são fruto de um trabalho

coletivo e contribuem para organizar as atividades languageiras. Ainda nesse bloco, enfatizou-se que os gêneros não são instrumentos estáticos, pelo contrário, são passíveis de alterações em resposta às necessidades sócio-culturais. Prova disso, é o surgimento de novos gêneros textuais que surgiram em virtude das inovações tecnológicas da atual cultura eletrônica.

Num segundo momento, teorizou-se acerca de dialogismo e polifonia, procurando mostrar que os textos de DC são essencialmente caracterizados pelo estatuto dialógico, característica inerente à linguagem, e polifônicos, peculiaridade que se opõe aos textos ditos monológicos. Assim, mostrou-se que os textos do *corpus* apresentam pontos de vista de diferentes enunciadoreis e uma potencialidade de mesclar diferentes recursos lingüísticos disponíveis na língua a fim de produzir um texto polifônico com efeito de sentido claro e coerente, propiciando aos leitores de vários segmentos sociais o contato com o universo da ciência por meio de uma linguagem que lhe seja acessível ou, em outros termos, familiar.

Nesse sentido, no fio do discurso de um locutor que parece ser a única voz, vão-se inscrevendo diferentes perspectivas de diferentes enunciadoreis, como se fosse um quebra-cabeças, formando um conjunto de vozes que, juntas, configuram um texto com alto índice de informações. Essa característica faz com que os textos de DC afastem-se dos textos essencialmente científicos que são os textos-fonte, por tratar-se de um texto voltado para o grande público leitor. Desse modo, o emprego de certos recursos lingüísticos tem o propósito de aproximar-se do leitor, utilizando uma linguagem menos técnica e menos formal. Tal emprego confere mais subjetividade ao texto de DC

No terceiro momento do nosso percurso, procurou-se observar, nos textos de DC selecionados, os elementos lingüísticos e sinais gráficos que proporcionaram a comprovação dos aspectos enunciativos destacados na discussão teórica. Assim, mostrou-se que os textos do *corpus* apresentam vários recursos de linguagem que demonstram a inserção polifônica, tais como: discurso indireto, aspas, parênteses e os marcadores discursivos que normalmente são vistos pela gramática normativa apenas como conjunções, as quais tem como propósito classificar as orações em coordenadas ou subordinadas, dependentes ou independentes.

Assim, nossa abordagem em relação a esses elementos é de ordem discursiva-textual, considerando esses recursos não apenas como instrumentos de análise sintática. Tais elementos, além de ligarem orações, associam também parágrafos ou porções maiores de textos, além de serem responsáveis pela natureza polifônica do texto de DC.

Vale lembrar que, além da classificação dos conectores de oposição, adição e explicação ou de causa já conhecidos através dos estudos gramaticais, acrescentamos como conectores duas novas categoria, a saber, os reformulativos e os marcadores de atribuição. Os reformulativos são mencionados na teoria metaenunciativa de Authier-Revuz (2004) e nos trabalhos de Oliveira (2001). No que diz respeito aos marcadores de atribuição, no entanto, não temos conhecimento de terem sido mencionados em outros trabalhos.

Desse modo, podemos ressaltar os marcadores de atribuição como ponto de destaque da nossa pesquisa por apresentarem dupla função. Além de estarem a serviço da polifonia, os marcadores de atribuição destacam-se como marcadores

discursivos responsáveis pela natureza coesiva dos textos, especialmente os de DC, promovendo coerência e progressão textual.

Cumpramos ressaltar que, além de analisarmos os aspectos lingüísticos do *corpus*, defendemos que a propagação das descobertas científicas, por meio dos textos de DC apresenta aspectos positivos, já que a sociedade só tem a ganhar ao manter-se informada sobre as descobertas. Esse ganho diz respeito à aquisição de uma cultura científica que desenvolve a capacidade intelectual dos leitores à medida que estes se inserem no universo envolvente das investigações dos seres, do mundo e da relação entre ambos. Além disso, a partir da assimilação das informações, os leitores poderão viver melhor, pois estarão informados acerca das conseqüências positivas ou negativas de seus atos.

Outro aspecto que não pode deixar de ser destacado, embora não seja essa a ênfase do nosso trabalho, é o uso do texto de DC em sala de aula, o qual pode ser utilizado tanto no ensino de língua materna quanto estrangeira. Desse modo, o professor estará trabalhando de acordo com a proposta dos PCNs de entrar em contato com diversos gêneros, os quais promovem o desenvolvimento das habilidades lingüísticas, além de propiciar aos alunos uma leitura de textos interessantes que apresentam, além dos aspectos gramaticais a serem explorados, informações científicas importantes, indicadoras de como proceder diante de tantas complexidades envolvendo o ser humano e o meio que o circunda, possibilitando-lhe assim uma melhor qualidade de vida.

A partir do exposto, podemos afirmar que este estudo mostra o percurso das investigações produzidas e registradas ao longo do mestrado, mas não de uma maneira totalmente conclusiva, pois muito tem-se a pesquisar acerca dos tópicos

discutidos, especialmente a respeito da polifonia em relação aos marcadores discursivos, ficando assim a sugestão para o desenvolvimento de futuras pesquisas acerca dessa temática. No entanto, se este trabalho apresenta algo novo ou se presta algum esclarecimento, já podemos dizer que valeu a pena, pois atingimos nosso propósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J.M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan Université, 1997.
- ADAM, J.M. *Eléments de linguistique textuelle*. Liège: Mardaga, 1990.
- ARAÚJO, A.D. Uma análise da polifonia discursiva em resenhas críticas acadêmicas. In: *Gêneros textuais e práticas discursivas*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- AURÍA, C.P.L e ALASTRUÉ, R.P. Rethinking rhetorical strategies in academic genres. In: FORTANET, I. et alli. (Eds): *Genre studies in English for Academic Purpose*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 1998, p. 79-88.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. Le guillement, un signe de “lange écrite” à part entière In: DEFUYS, J.M.; ROSIER, L.; TIERIN, F.(org.) *A qui appartient la ponctuation?* Paris-Bruxelles: Duculot, 1998b.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AZEREDO, J.C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, M. The problem of speech genres. In: *Speech genres & others late essays*. Texas: University of Texas Press, 1996, p. 60-102. Traduzido por Vern W. Mcgee.
- BAKHTIN, M.M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBISAN, L. B & TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. In: *Organon: Os estudos enunciativos*. v.32/33. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- BARROS, D.L.P. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D.L.P & FIORIN, J.L.(org.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W. *Introduction to text linguistic*. London, New York: Longman, 1981.

- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, S. Paulo: Pontes, 1995a.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística II*. Campinas, S. Paulo: Pontes, 1995b.
- BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D.L.P & FIORIN, J.L.(org.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- BRANDÃO, T. A heterogeneidade do sujeito: contribuições de teorias da enunciação. In: *Ensaio: Discurso, memória e Identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000.
- BRONCKART, J.P. *Atividades de linguagem e discurso*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CALDAS, G. Comunicação, educação e cidadania: o papel do jornalismo científico. In: GUIMARÃES, E. *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas: Pontes, 2003.
- CANDEL, D. Le discours définitoire: variations discursives chez les scientifiques. In: *Sciences pour la communication. Parcours linguistiques de discours spécialisés*. Colloque en Sorbonne les 23-25 septembre. Paris: Lang, 1992, p.33-44.
- Ciência na mídia: um desafio para cientistas e jornalistas. In: Revista *Minas faz ciência* Belo Horizonte, FAPEMIG, nº 8 - set. a nov., 2001, p. 4-9.
- COLUSSI, L. *A reescritura da informação científica em textos de popularização da ciência*. Dissertação de mestrado, Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM, 2002.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo*. O discurso subjetivo da ciência. São Paulo: Pontes, 1991.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidade del Valle, 1988.
- FINATTO, M. J. et all. Sujeitos e agentes de poder e dever em textos sobre equilíbrio químico: aspectos lingüísticos-terminológicos e aspectos conceituais da enunciação científica e o ensino-aprendizagem de química. In: *Organon: Os estudos enunciativos*. v.32/33. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- FOLHA *online*. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia.
- FLORES, V. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2001.
- FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: PUF, 1982, p.49-88.
- GOULART, S.L. *Grande imprensa ainda não está plugada à produção científica e tecnologia brasileira*. In: Revista *online MIC*, 2004. www.mic.ufsc.br

GUIMARÃES, E. Texto e argumentação: um estudo das conjunções do Português. Campinas: Pontes, 1987.

HORTA NUNES, J. A divulgação científica no jornal: ciência e cotidiano. In: GUIMARÃES, E. *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas: Pontes, 2003.

KOCH, I.G.V. *Argumentação e linguagem*. S. Paulo: Cortes, 1993.

KOCH, I. G. V. O texto e a (inevitável) presença do outro. In: *Revista do mestrado em Letras da UFSM*, nº 14, janeiro-junho, 1997.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortes, 2002.

KOCH, I.V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2003.

KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. S. Paulo: Perspectiva S.A, 1975.

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H.N. (Coord.) *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 229-253.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris: Hachette, 1981.

MAINGUENEAU, D. *Les terms des l'analyse du discours*. Paris:Seuil. 1996.

MARCUSCHI, L.A. Gênero textual: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.

OLIVEIRA, H.F. *Descrição do português à luz da lingüística do texto*. Rio de Janeiro: UFRJ / CEP, 2001.

PETITJEAN, A. Les typologies textuelles. In: *Pratiques*, nº 62, juin, 1989.

PIRES, V. L. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. In: *Organon: os estudos enunciativos*. v.32/33. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PORTOLÉS, J. La teoría de la argumentación em la lengua y los marcadores del discurso. In: ZORRAQUINO M. A. & DURÁN, E. M.(org.) *Los marcadores del discurso*. Madrid: Arco libros, 1988.

PORTOLÉS, J. Consideraciones metolológicas para el estudio del significado de los marcadores del discurso. In: ARNOUX, E. N. & NEGRONI, M.M.G. (org.) *Homenaje a Oswald Ducrot*. Buenos Aires: Eudebra, 2004.

RÉCANATI, F. *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*. Paris: Seuil, 1979.

RIBEIRO, M.P. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 14 ed. Rio de Janeiro: Metáfora editora, 2004.

SÁNCHEZ MORA, A.M.S. *A divulgação da ciência como literatura*. 14 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

SANTIAGO, R. *A brief discussion of discourse analysis and discourse markers*. 2004. Disponível em: <http://home.earthlink.net>

SANTOS, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. 12 ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, L. W. *Articulação textual na literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2003.

SCHFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University, 1988. Disponível em: www.cambridge.org.

SWALES, J. M. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge University Press, 1993.

VOGT, C. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. S. Paulo: Hucitec, 1989.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

ANEXOS

Anexo A

Anexo B

Anexo C

Anexo D

Anexo E

Anexo F

Anexo G

Anexo H

Anexo I

Anexo J

Anexo K

Anexo L

Anexo M

Anexo N

Anexo O

Anexo P

